



Centro Logístico
do Algarve

PA
B

Relatório
de
Governo
Societário

2021

MARF –Mercado
Abastecedor da Região de
Faro, SA

[Handwritten signature]

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo)	3
II.	Missão, Objetivos e Políticas	4
III.	Estrutura de capital	17
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	17
V.	Órgãos Sociais e Comissões	18
A.	Modelo de Governo	18
B.	Assembleia Geral	19
C.	Administração e Supervisão	20
D.	Fiscalização	28
E.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	30
F.	Conselho Consultivo (caso aplicável)	31
G.	Auditor Externo (caso aplicável)	31
VI.	Organização Interna	32
A.	Estatutos e Comunicações	32
B.	Controlo interno e gestão de riscos	34
C.	Regulamentos e Códigos	40
D.	Deveres especiais de informação	44
E.	Sítio na Internet	45
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	45
VII.	Remunerações	46
A.	Competência para a Determinação	46
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	47
C.	Estrutura das Remunerações	47
D.	Divulgação das Remunerações	48
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras	49
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental	52
X.	Avaliação do Governo Societário	61
XI.	ANEXOS DO RGS	62

Handwritten signature and initials

I Síntese (Sumário Executivo)

A síntese ou sumário executivo deve permitir a fácil perceção do conteúdo do relatório e, em particular, mencionar as alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2020.

O presente Relatório reflete a estrutura de governação da sociedade e as práticas adotadas pela sociedade em matéria de *Corporate Governance*, sendo elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente com o Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro em harmonia com o cumprimento das orientações emanadas para o efeito pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

A estrutura do conteúdo do Relatório do Governo Societário segue o modelo elaborado pela Unidade Técnica de acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), para elaboração do relatório de Governo societário (RGS) para 2021.

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não	data
Artigo 43.º	apresentou plano de atividades e orçamento para 2021 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	X		21/09/2020
	obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2021	X		15/02/2021
Artigo 44.º	divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	X		
Artigo 45.º	submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	X		fev/2021
Artigo 46.º	elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção	X		mar/2022
Artigo 47.º	adotou um código de ética e divulgou o documento	X		set/2016
Artigo 48.º	tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada	Não Aplicável		
Artigo 49.º	prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	X		-
Artigo 50.º	implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	X		set/2021
Artigo 51.º	evidenciou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	X		12-05-2021
Artigo 52.º	evidenciou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de declararem as participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF	X		12-01-2022

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não	data
Artigo 53.º	providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na internet da Unidade Técnica	X		-
Artigo 54.º	apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	X		março/2021

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a entidade (vide artigo 43.º do RJSPE).

A MARF, SA é uma sociedade anónima de capitais públicos, com participação da SIMAB, SA (95,35%) e da Câmara Municipal de Faro (4,65%).

A MARF, SA tem como objeto social "a promoção, construção, exploração e gestão, direta ou indiretamente, do Mercado Abastecedor da Região de Faro, o qual se destina ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, à prossecução de quaisquer outras atividades complementares ou subsidiárias, incluindo a gestão de serviços relacionados com o seu objeto principal".

Missão, Visão e Valores

A MARF, SA tem como missão proporcionar à população bens agroalimentares de elevada qualidade e variedade, através de uma infraestrutura de suporte ao comércio grossista. Assume-se como uma organização que pretende contribuir ativamente para a melhoria da sociedade, através de uma adequada gestão do Mercado Abastecedor da Região de Faro, de modo a permitir a comercialização e distribuição de uma vasta gama de produtos e serviços.

Na prossecução da sua missão, a MARF, SA ambiciona alcançar a visão de ser uma empresa líder no setor enquanto primeira escolha pela qualidade dos serviços e valor entregue aos seus clientes, suportado num modelo de atuação sustentável e reconhecido pela eficiência na gestão dos seus ativos.

A MARF, SA assume como fundamentais um conjunto de valores que são entendidos, observados e vividos por todos os colaboradores na sua prática profissional, expressando os valores e os princípios da organização, a sua reputação, a maneira de estar dos seus colaboradores, entre si e com os restantes *stakeholders*, sejam acionistas, fornecedores, clientes, parceiros ou a sociedade em geral, traduzindo-se, entre outros e de forma sintética: Resiliência; Eficiência e Compromisso.



2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do RJSPE), designadamente:

- a) *Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;*

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARF, SA.

O Conselho de Administração em funções foi nomeado em Assembleia Geral realizada em 30/03/2021, para o mandato 2021/2023.

O Conselho de Administração da MARF, SA, desenvolve a sua atividade, alinhada com a estratégia do Grupo SIMAB, por sua vez, alinhada com os objetivos qualitativos e quantitativos definidos pelas tutelas.

Dando cumprimento às orientações estratégicas específicas dirigidas aos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023, concluído o ciclo relativo ao Plano Estratégico precedente, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade.

A reflexão estratégica tem feito parte do dia a dia do Grupo SIMAB, confirmando a importância da manutenção de um foco estratégico capaz de posicionar o Grupo, num contexto de mudança permanente e de desafios cada vez mais ambiciosos.

De um modo geral, no próximo quinquénio, a atividade será norteada pelos seguintes eixos estratégicos:

- Crescer e diversificar na oferta;
- Modernizar ativos;
- Reforçar a eficiência e processos;
- Reforçar a atuação dos recursos humanos; e,
- Contribuir para a prossecução de políticas públicas.

Em alinhamento com estes eixos estratégicos, as empresas que integram o Grupo SIMAB preconizam uma estratégia de desenvolvimento sustentado da missão pública com foco no mercado nacional.

A par disso, preconiza uma gestão focada no equilíbrio entre a racionalização dos gastos operacionais e a melhoria do nível de qualidade de serviço prestado por forma a tornar/manter os Mercados Abastecedores atrativos, perante o aumento da concorrência.

Simultaneamente, investe na robustez das infraestruturas operacionais e tecnológicas e procura rentabilizar comercialmente todos os seus ativos, incluindo os não estratégicos, na oferta de novas soluções comerciais e na captação de investimento privado para os mercados.

Paralelamente, mantém a estratégia de recuperação financeira de modo a permitir a redução dos encargos financeiros, libertando *cashflow* para fazer os investimentos necessários, nomeadamente ao nível da reposição da capacidade produtiva dos ativos, da eficiência de recursos, da evolução tecnológica e das necessidades de expansão.

O Grupo SIMAB desenvolve um relacionamento institucional construtivo e dialogante com todos os *stakeholders*, tendo em vista adicionar valor às políticas públicas, através do estabelecimento de parcerias estratégicas especializadas (nacionais e internacionais), que permitam potenciar uma rede de alianças capazes de promover a agregação de valor em vários domínios, nomeadamente envolvimento ativo em iniciativas com os *players* internacionais do setor, no reforço da gestão interna, no aumento da notoriedade e atratividade dos mercados grossistas e retalhistas, na prossecução das políticas sociais e nos compromissos com a responsabilidade ambiental

No âmbito da sua missão, a SIMAB, SA e as suas participadas desenvolvem, continuamente, diversas ações nos seguintes domínios:

[Handwritten signature]

- Acompanhar a evolução e o progresso tecnológico do setor alimentar;
- Garantir aos seus clientes a existência das necessárias condições de qualidade, higiene e segurança alimentares bem como de adequadas condições de comercialização alinhadas com a evolução do negócio;
- Garantir a permanente adequabilidade dos serviços que presta às necessidades dos operadores e do Mercado em geral tendo em atenção uma exigência cada vez mais acrescida dos seus clientes e dos clientes dos seus clientes;
- Implementar e melhorar continuamente novos processos de trabalho, apostando na transição digital que promova níveis superiores de organização, integração de informação e agilização de fluxos de informação.

Tendo igualmente em consideração os seguintes princípios orientadores:

- Cumprimento com os princípios de divulgação transparente de divulgação transparente de informação;
- Adoção das melhores práticas de gestão e dos princípios de bom governo das empresas públicas;
- Uma gestão em que os princípios éticos e deontológicos tratam com equidade todos os *stakeholders*;
- Prevenção de todas as situações de corrupção e de potenciais conflitos de interesse;
- Melhores práticas de gestão de recursos humanos e de promoção de igualdade de género;
- Cultura organizacional pautada por valores de responsabilidade social e ambiental.

O Grupo SIMAB prossegue a **política de recursos humanos**, num quadro de equilíbrio e controlo de encargos associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da empresa ainda que, face ao incremento da atividade do grupo e do seu volume de negócios, os recursos próprios se venham a afigurar manifestamente escassos. Daí que a evolução tenha vindo, ao longo dos últimos anos, a configurar um Grupo que tem de gerir grandes prestadores de serviços ao invés de ser dotado de recursos próprios para assegurar a qualidade do serviço prestado bem como dos seus espaços comercializados.

A **política de ambiente**, do Grupo SIMAB, traduz-se na adoção de comportamentos considerados ambientalmente adequados na atividade diária e tendo sempre subjacente o princípio da "redução, reutilização e reciclagem". Para além da contínua preocupação na redução nos consumos de água e eletricidade, outra das preocupações ambientais é a redução da produção dos resíduos equiparados a urbanos e respetivo tratamento.

O aumento da **inovação e eficiência** nos sistemas de distribuição de água e eletricidade, e a redução dos respetivos consumos, a par com a melhoria da eficiência nos circuitos de recolha e tratamento de resíduos sólidos fazem parte da sua política ambiental, como forma de garantir a sua sustentabilidade e manter o nível do serviço prestado aos utentes dos Mercados. Pelo significado operacional, financeiro e sobretudo ambiental que assumem, a sua melhoria constitui um objetivo estratégico para o Grupo SIMAB.

Em termos de **política económica e financeira**, o Grupo continuou durante este ano a assegurar a sua sustentabilidade, tomando diversas medidas de gestão com vista ao reforço da capacidade de libertação de *cash flow*, dotando o Grupo de uma estrutura de capitais cada vez mais sólida.

No âmbito das medidas de **rentabilização do património imobiliário**, importa desde logo salientar que, com exceção de um terreno, em Alhos Vedros, propriedade da SIMAB, SA e um terreno no MARF, todos os ativos que integram o património imobiliário das empresas do Grupo, estão afetos à exploração, estando a ser rentabilizados por outras atividades quando não estão diretamente afetos às áreas agroalimentares, de logística e transportes.

O Grupo SIMAB desenvolve uma **política de responsabilidade social e combate ao desperdício alimentar**, colaborando com o Banco Alimentar contra a Fome, prestando todo o apoio na realização das recolhas diárias de excedentes junto dos operadores dos mercados. Ainda no âmbito da responsabilidade social, o MARF apoia o "Programa 5 ao dia" que tem como objetivo a promoção, junto

de crianças e jovens em idade escolar, do consumo diário de, pelo menos, 5 porções de frutas e/ou hortícolas, com o fim último de potenciar uma alimentação saudável e contribuir para a prevenção de diversas doenças crónicas consequência de maus hábitos de alimentação.

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARF, SA.

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARF, SA.

Na sequência da nomeação de novo Conselho de Administração na última Assembleia Geral na empresa mãe SIMAB, SA e, por inerência, na MARF, SA, as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração para o mandato 2021/2023, encontram-se ainda em fase de aprovação pelo acionista.

Sem prejuízo de se aguardar a assinatura formal dos Contratos de Gestão, a MARF, SA efetuou a monitorização dos objetivos e indicadores quantitativos, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento de 2021, aprovado pelas tutelas¹.

Os objetivos quantitativos da MARF, SA estão alinhados com os objetivos estratégicos definidos ao nível da holding e com as orientações da tutela financeira e setorial para o Grupo SIMAB bem como com as orientações definidas pela tutela financeira para as empresas do Setor Empresarial do Estado².

Os objetivos, assim estabelecidos, traduzem-se, no geral, na obtenção de uma variação positiva do EBITDA, diminuição do peso dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal face ao volume de negócios, redução da dívida, aumento da rentabilidade acionista e redução dos prazos de pagamento a fornecedores, dando, na generalidade, cumprimento às orientações da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

O PAO 2021 foi elaborado nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 395/2020-SET de 27 de julho de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em que foram determinadas um conjunto de orientações específicas para a elaboração dos PAO's das empresas públicas não financeiras do SEE.

Antes da análise que se segue, importa referir que o Plano de Atividades e Orçamento de 2021 (PAO2021³) da MARF, SA mereceu parecer favorável à aprovação por parte da UTAM⁴ tendo sido aprovado pelas tutelas financeira e setorial¹.

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores, face aos objetivos definidos no âmbito do PAO de 2021:

¹ Despacho n.º 81/2021-SET de 15/02/2021; Despacho n.º 99/XXII/SECSDC/2021

² Despacho 395/2020 -SET de 27 de julho de 2020

³ PAO 2021- Versão aprovada em Conselho de Administração de 18/09/2021 e inserida em SIRIEF em 21/09/2021

⁴ Relatório de Análise 21/2021 da UTAM, de 04/02/2021

Objetivos	Indicador	2021	2021	Variação 2021/PAO21	
		Execução	PAO	ABS	%
Potenciar os espaços comerciais existentes	EBITDA ⁽¹⁾	1 059 712	1 211 113	-151 402	-12,5%
	(FSE's + Gc/P)/VN	35,8%	32,3%	3,5 p.p.	
Racionalização de recursos	Volume de Negócios (72)	1 587 092	1 723 574	-136 483	-7,9%
	FSE's	404 397	394 /09	9 688	2,5%
	Gastos c/Pessoal	164 372	162 082	2 290	1,4%
al. c), n.º3 art. 158.º DL 84/2019	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadorias	5 400	4 600	800	17,4%
al. b), n.º3 art. 158.º DL 84/2019	Gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento	2 133	2 846	-713	-25,1%
al. b), n.º3 art. 158.º DL 84/2019	Gastos com viaturas	14 268	8 554	5 714	66,8%
Redução Prazo Médio de Pagamentos	PMP Fornecedores (dias)	57	33	24	71,8%
Redução do endividamento	Dívida Financeira	2 255 316	2 151 218	104 097	4,8%
	Dívida/Capital Próprio	18,1%	17,1%	1 p.p.	
Aumento Rentabilidade Acionista	EBIT/Capital Próprio	6,2%	6,8%	-0,6 p.p.	
Investimento	Valor anual do Investimento	153 500	179 000	-25 500	-14,2%
N.º Total de RH	Nº Total de RH	5	5	0	0,0%

⁽¹⁾ EBITDA segundo o SNC

- **EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) – assegurar o crescimento do EBITDA face ao ano anterior de forma a garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa**

EBITDA

(milhares de euros)	2020	2021	PAO21	2021/2020		2021/PAO2021	
				ABS	%	ABS	%
Rendimentos Operacionais	1 583,7	1 677,8	1 816,0	94,1	5,9%	-138,2	-7,6%
Gastos Operacionais	-594,9	-618,1	-604,9	23,2	3,9%	13,2	2,2%
EBITDA	988,8	1 059,7	1 211,1	70,9	7,2%	-151,4	-12,5%

Em 2021, o EBITDA ascendeu a 1 059,7 milhares de euros, situando-se abaixo do previsto em sede de orçamento, em 151,4 milhares de euros (-12,5%).

Esta evolução decorre do feito conjugado de: (i) desvio desfavorável nos rendimentos operacionais, em 138,2 milhares de euros (-7,6%), refletindo uma ocupação comercial inferior à prevista, nomeadamente, ao nível dos Entrepósitos e Armazéns, e (ii) desvio desfavorável nos gastos operacionais cash, em 13,2 milhares de euros (+2,2%).

A recessão que vivemos em 2021, em razão da pandemia COVID-19, condicionou a substituição de alguns operadores que saíram do Mercado ou a entrada de novos, situação sentida com maior acutilância nesta zona do país, pelo impacto que teve ao nível do setor do turismo, que acabou por se refletir nas expetativas de comercialização de novas áreas, previstas para 2021.

Não obstante a conjuntura adversa, sentida em particular nesta zona do país, destaca-se o aumento do EBITDA, face ao período homólogo do ano anterior, em 70,9 milhares de euros (+7,2%).

- **Peso dos Gastos Operacionais (FSE + Gastos com Pessoal) / VN – assegurar, no seu conjunto, a redução do peso dos gastos operacionais (FSE + gastos com pessoal) no volume de negócios, expurgado dos montantes recebidos a título de subsídios à exploração e indemnizações compensatórias.**

O peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios situou-se acima do previsto no PAO2021, em 3,5 pontos percentuais, maioritariamente impactado pelo desvio desfavorável no volume de negócios, que se situou aquém do estimado, em 136,5 milhares de euros (-7,9%).

Nos termos do ofício n.º SAI_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022 da Direção Geral de Tesouro e Finanças, são expurgados do cálculo deste indicador, o aumento dos gastos operacionais e/ou a diminuição do volume de negócios, decorrente da situação pandémica provocada pelo vírus SARS-Cov-2.

Assim, para efeitos de avaliação da eficiência operacional, aos gastos operacionais foram subtraídas as medidas tomadas para fazer face à pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2 e, ao volume de negócios foi somada a perda de rendimentos, atribuível às dificuldades.

No que concerne ao impacto nos rendimentos atribuível à pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, salienta-se a resiliência demonstrada pelos operadores instalados no Mercado, dos diversos setores, num período de recessão económica, sentida com particular acutilância no Algarve, em virtude da forte dependência do setor do turismo que caracteriza esta zona do país.

Efetivamente, todos os operadores que dependiam muito do canal HORECA, bem como muitos operadores do setor da Logística, têm manifestado dificuldades, desde logo pelas dificuldades de tesouraria que conduziram a diversas abordagens no sentido de serem concedidas isenções e/ou flexibilizações de pagamento das suas taxas de utilização.

Não obstante esta resiliência, a recessão económica acabou por se traduzir em algumas rescisões contratuais, o que aliado à quebra de procura por espaços no Mercado, em virtude dos receios associados à recessão económica que seguirá à pandemia COVID-19, determinou dificuldades na reposição das perdas de operadores que se efetivaram.

Esta situação tem tido tradução em dificuldades comerciais na comercialização de espaços, nomeadamente dos armazéns e entrepostos, para o setor da logística pesada.

Neste contexto, atribuímos parte da perda de rendimentos à situação de pandemia que atravessámos nos últimos dois anos e que, em 2021, quantificamos em 147,4 milhares de euros, referente à perda de rendimentos nos entrepostos (edifício E2 e edifício E3) e um armazém no pavilhão do mercado, desocupados em 2020, para os quais não foi conseguida a reposição prevista em sede de orçamento.

Relativamente aos gastos operacionais, embora o contexto pandémico tenha desencadeado a adoção de medidas extraordinárias em razão das necessidades de adaptação inicial da operação e dos espaços e das mudanças legislativas, com impacto na operação, que foram ocorrendo durante as várias fases do Estado de Emergência e Calamidade, com maior enfoque na limpeza, a aprendizagem que fomos tendo bem como com a progressiva estabilização da operação, leva-nos hoje a constatar que parte significativa da despesa que teve origem no contexto pandémico deverá manter-se no futuro, em razão da necessidade de assegurar o funcionamento em plenas condições higio-sanitárias que se impõem em infraestruturas desta natureza.

Neste contexto, entende-se mais ajustado analisar a comparabilidade dos indicadores, sem atribuir qualquer impacto ao contexto pandémico, ao nível dos gastos operacionais.

Expurgando o impacto da pandemia COVID-19, no que se refere à perda de rendimentos (-147,4 milhares de euros), imputada ao contexto recessivo gerado pela pandemia, com maior expressão na zona sul do país, em razão da sua dependência do setor do turismo, o rácio situa-se acima do previsto em sede de orçamento 0,5 pontos percentuais.

▪ **Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento**

A rubrica de deslocações, ajudas de custo e alojamento, apresenta-se abaixo do estimado no PAO2021, em 691 euros, e respeita a deslocações do diretor do Mercado, no âmbito das funções de diretor do Mercado Abastecedor da Região de Évora (MARÉ, SA). A evolução reflete o menor número de deslocações em razão das restrições à mobilidade em contexto pandemia COVID-19. Estas despesas têm contrapartida ao nível do Contratos de Gestão celebrados entre as sociedades.

Os gastos com deslocações apurados para este efeito (apenas viagens e estadias) diferem do valor de deslocações e estadas da Demonstração dos Resultados, uma vez que não integra gastos com portagens, estacionamento que são incluídos nos gastos com a frota automóvel.

▪ **Gastos com viaturas**

Em 2021, os gastos associados à frota da MARF, SA apresentam-se acima dos gastos estimados em sede do plano de atividade e orçamento para 2021, em 5,7 milhares de euros (+66,8%). Para este aumento

[Handwritten signature]

global da rubrica contribuiu o valor de 6,4 milhares de euros incorrido com a entrega de uma viatura e respetivos acertos de recondicionamento e danos. Expurgando este efeito, os gastos com a frota automóvel seriam inferiores ao orçamento em 0,7 milhares de euros.

Estes gastos incluem todos os gastos passíveis de serem associados às viaturas (rendas, seguros, portagens, manutenção, combustíveis).

▪ **Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes de indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 42/2016 de 28/12 e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE, apresentam um desvio desfavorável, em 2,3 milhares de euros (+1,4%). Esta evolução traduz, maioritariamente: (i) atualização salarial⁵ (+0,2 milhares de euros); (ii) baixa médica (-0,4 milhares de euros); (iii) ajudas de custo (-0,5 milhares de euros); (iv) formação (1,1 milhares de euros); (v) fardamento (+0,6 milhares de euros) e (vi) outros, tais como, medicina no trabalho, seguros, ofertas/jantar de Natal (+1,2 milhares de euros).

▪ **Quadro de Pessoal**

A MARF, SA apresenta, em 31 de dezembro de 2021, um total de oito trabalhadores, dos quais 3 são órgãos sociais, em linha com o previsto em sede de orçamento.

▪ **PMP**

O prazo médio de pagamentos, em 2021, situou-se em 57 dias, traduzindo um aumento de 24 dias, face ao prazo previsto em sede de orçamento (33 dias), evolução impactada por faturas emitidas no âmbito de empreitada de reparação do pavimento, em 2021, que não traduziam condições de validação técnica que sustentasse o seu pagamento dentro do prazo.

De salientar que algumas das prestações de serviços de peso mais relevante na estrutura de gastos da empresa, são negociados com um prazo de pagamento de 60 dias (da data de emissão da fatura).

Expurgando os saldos com a empresa mãe SIMAB, SA em 31/12/2021, no montante de 14,3 milhares de euros, o PMP situa-se em 52 dias.

▪ **Investimento**

No que concerne ao investimento realizado em 2021, ascendeu a 153,5 milhares de euros, e apresentou uma execução de 86% face ao previsto no PAO2021.

A execução do Plano de Investimentos apresenta-se da seguinte forma:

⁵ DL n.º 10/2021, de 1 de fevereiro, que atualiza ao valor das remunerações base mensais da AP para 2021

milhares de euros Investimento/Projeto	2021		Desvio	Execução	Observação
	PAO	Execução			
Edifícios	0,0	3,7	3,7	n.d.	
Fiscalização/Alvará	0,0	3,7	3,7	n.d.	(1)
Beneficiação de Edifícios e Infraestruturas	165,0	149,0	-16,0	90%	
Reabilitação de coberturas	60,0	0,0	-60,0	0%	(2)
Beneficiação de Espaços	15,0	0,0	-15,0	0%	(4)
Reabilitação do pavimento	90,0	149,0	59,0	166%	(3)
Área Segurança	4,0	0,0	-4,0	0%	
Câmaras VideoVigilância	4,0	0,0	-4,0	0%	
Sistemas de Informação e Inovação Tecnológica	10,0	0,6	-9,4	6%	
Desenvolvimento ERP	10,0	0,0	-10,0	0%	(5)
Outros	0,0	0,6	0,6	n.d.	
Outros Equipamentos	0,0	0,2	0,2	n.d.	
Equipamentos diversos	0,0	0,2	0,2	n.d.	
Total	179,0	153,5	-25,5	86%	

Observações:

- (1) O Investimento apresentado em Edifícios, no valor de 3,7 milhares de euros, corresponde à emissão do Alvará do Entrepósito E1C;
- (2) (3) O investimento previsto na reabilitação coberturas não foi realizado conforme previsto no PAO2021, por necessidade de reafecção a investimento prioritário, nomeadamente à realização de empreitada de reabilitação do pavimento betuminoso da rede viária do mercado e execução de pinturas várias, no valor global de 149 milhares de euros;
- (4) A execução inferior ao previsto na rubrica de Beneficiação de edifícios e infraestruturas, decorre, por um lado, da necessidade de acomodar parcialmente o desvio referido no ponto anterior e, por outro lado, reflete uma menor dinâmica ao nível da comercialização de espaço e consequentes obras de adaptação de espaços, em razão do contexto pandémico.
- (5) Os investimentos previstos na área de sistemas de informação e inovação tecnológica, previsto para desenvolvimento do ERP, foram adiados para os anos 2022 e seguintes.

▪ Dívida Financeira

A dívida financeira da empresa situou-se abaixo do previsto no PAO2021, em 104,1 milhares de euros (-4,8%).

3. Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade.

A manutenção de uma política condicionadora da atividade das empresas que integram o Setor Empresarial do Estado, nomeadamente ao nível do investimento e da gestão de recursos humanos, torna evidente a necessidade de continuar a apostar na eficiência, na inovação e competitividade.

Neste enquadramento, são fatores críticos de sucesso da MARF, SA os seguintes:

- **Condições técnicas exemplares para o desenvolvimento da atividade de comércio por grosso de produtos agroalimentares:** promoção da melhoria das condições de funcionamento do mercado agroalimentar, adequação e adaptação do mercado e agentes instalados às exigências da União Europeia e internacionais em matéria de higiene, de segurança alimentar e de salvaguarda da saúde pública. O funcionamento, regras de procedimento previstas, conceção das edificações e espaços comerciais, escolha de materiais de acabamento, seleção do tipo de serviços a contratar/assegurar (limpeza, recolha, remoção e tratamento de resíduos), garantem e fomentam o respeito pela segurança alimentar;
- **Proteção ambiental:** integra na atividade a regulamentação de proteção do ambiente e disponibiliza infraestruturas básicas, por forma a garantirem o conveniente abastecimento de recursos e a recolha

de resíduos, posicionando-se como "amigo do ambiente", aumentando a sensibilização dos utentes para a necessidade de respeitar os recursos naturais e coletivos;

- **Cultura da empresa:** o sistema de valores, comum a todos que compõem o capital humano da empresa, segue regras de conduta ética, de abertura, de equidade, de respeito da integridade humana;
- **Pessoas qualificadas e motivadas:** a elevada participação de todos os colaboradores, com todo o empenho, dedicação e capacidade profissional demonstrada, quer no contacto direto com os clientes, quer nos serviços de apoio administrativo e técnico no cumprimento de todos os objetivos;
- **Eficiência e competitividade:** as melhorias da eficiência e da competitividade são alcançadas por via da redução de custos, da melhoria de processos de gestão e da adaptação dos recursos humanos às necessidades atuais;
- **Satisfação do cliente:** garantir ao cliente níveis de serviço satisfatório, preços competitivos, serviços adequados às características específicas e às necessidades de cada cliente, análise caso a caso, o qual deverá reconhecer a MARF, SA como parceiro privilegiado no exercício das suas capacidades competitivas;
- **Investimento:** análise e apreciação seletiva do investimento adequada à sua rentabilidade.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada entidade, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela entidade (vide n.º 4 do artigo 39.º do RJSPE).

As empresas do Grupo SIMAB estão abrangidas por um conjunto de medidas definidas para as empresas do Setor Empresarial do Estado, estipulado na Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2021, Lei n.º 75-B/2021 de 31 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, que estabeleceu as normas de execução do Orçamento do Estado, nomeadamente:

- A continuação de uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente, só podendo ocorrer aumento do número de trabalhadores nos termos do disposto no decreto-lei de Execução Orçamental de 2019;
- A prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios, face ao ano anterior;
- A continuidade da limitação do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, bem como do conjunto dos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria. O acréscimo destes gastos operacionais apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente sustentadas em análise custo-benefício, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área de finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa;
- Manutenção dos gastos com pessoal, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2018, depois de corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;
- A limitação ao endividamento financeiro estabelecendo em 2% a taxa máxima do financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo os novos investimentos com expressão material.

No quadro seguinte é apresentada a evolução destes indicadores:

un: Euro

Objetivos	Indicador	2020 Execução	2021 Execução	Variação 2021/2020 ABS	%
Potenciar os espaços comerciais existentes	EBITDA ⁽¹⁾	988 833	1 059 712	70 878	7,2%
	(FSE's + Gc/PyVN	36,7%	35,8%	-0,9 p.p	
Racionalização de recursos	Volume de Negócios (72)	1 492 908	1 587 092	94 184	6,3%
	FSE's	385 328	404 397	19 069	4,9%
	Gastos c/Pessoal	162 669	164 372	1 703	1,0%
al. c), n.º3 art. 158.º DL 84/2019	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadorias	0	5 400	5 400	n.d.
al. b), n.º3 art. 158.º DL 84/2019	Gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento	2 914	2 133	-781	-27%
al. b), n.º3 art. 158.º DL 84/2019	Gastos com viaturas	7 809	14 268	6 460	83%
Redução Prazo Médio de Pagamentos	PMP Fornecedores (dias)	20	57	37	189,7%
Redução do endividamento	Dívida Financeira	2 876 501	2 255 316	-621 186	-21,6%
	Dívida/Capital Próprio	24,0%	18,1%	-5,9 p.p	
Aumento Rentabilidade Acionista	EBIT/Capital Próprio	5,8%	6,2%	0,41 p.p	
Investimento	Valor anual do Investimento	1 688 302	153 500	-1 534 802	-91%
N.º Total de RH	Nº Total de RH	5	5	0	0%

⁽¹⁾EBITDA segundo o SNC

EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)

[assegurar o crescimento do EBITDA, face ao ano anterior, de forma a garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa]

Em 2021, o EBITDA ascendeu a 1 059,7 milhares de euros, situando-se acima do ano anterior, em 70,9 milhares de euros (+7,2%). O bom desempenho, traduz o aumento dos rendimentos operacionais em 94,1 milhares de euros (+5,9%), associados à entrada em funcionamento do novo Entrepósito Logístico, em novembro de 2020, que superou o aumento dos gastos operacionais de 23,2 milhares de euros (+3,9%).

(milhares de euros)	2019	2020	2021	2021/2020	
				ABS	%
Rendimentos Operacionais	1 596,7	1 583,7	1 677,8	94,1	5,9%
Gastos Operacionais	-534,7	-594,9	-618,1	23,2	3,9%
EBITDA	1 062,0	988,8	1 059,7	70,9	7,2%

Peso dos Gastos Operacionais (FSE + Gastos com Pessoal) / VN

[n.º 1, artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

Na prossecução do objetivo de redução de gastos operacionais (FSE + Gastos com o Pessoal), determina o artigo 158.º do DL n.º 84/2019 de 28 de junho que as empresas públicas devem assegurar a redução do peso dos gastos operacionais (FSE's + Gastos com o Pessoal) no Volume de Negócios, face ao ano anterior.

Quando comparado com 2020, o indicador que mede o peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios, diminuiu 0,9 pontos percentuais, em resultado do aumento do volume de negócios, em 94,2 milhares de euros (+6,3%), que mais do que compensou o aumento dos gastos operacionais (FSE's + Gastos c/ pessoal), em 20,8 milhares de euros (+3,8%).

Nos termos do ofício n.º SAI_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022 da Direção Geral de Tesouro e Finanças, são expurgados do cálculo deste indicador, o aumento dos gastos operacionais e/ou a diminuição do volume de negócios, decorrente da situação pandémica provocada pelo vírus SARS-Cov-2.

Conforme já referido no ponto 1. do presente documento, no que concerne ao impacto nos rendimentos atribuível à pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, e não obstante a resiliência demonstrada pelos operadores instalados no Mercado, dos diversos setores, a recessão económica acabou por se traduzir em algumas rescisões contratuais, o que aliado à quebra de procura por espaços no Mercado, em virtude dos receios associados à recessão económica que seguirá à pandemia Covid-19, determinou dificuldades na reposição das perdas de operadores que se efetivaram.

Esta situação tem tido tradução em dificuldades comerciais na comercialização de espaços, nomeadamente dos armazéns e entrepostos, para o setor da logística pesada.

Neste contexto, atribuímos parte da perda de rendimentos à situação de pandemia que atravessámos nos últimos dois anos e que, em 2021, quantificamos em 147,4 milhares de euros, referente à perda de rendimentos nos entrepostos (edifício E2 e edifício E3) e um armazém no pavilhão do mercado, desocupados em 2020, para os quais não foi conseguida a reposição prevista em sede de orçamento.

Relativamente aos gastos operacionais, embora o contexto pandémico tenha desencadeado a adoção de medidas extraordinárias em razão das necessidades de adaptação inicial da operação e dos espaços e das mudanças legislativas, com impacto na operação, que foram ocorrendo durante as várias fases do Estado de Emergência e Calamidade, com maior enfoque na limpeza, a aprendizagem que fomos tendo bem como com a progressiva estabilização da operação, leva-nos hoje a constatar que parte significativa da despesa que teve origem no contexto pandémico deverá manter-se no futuro, em razão da necessidade de assegurar o funcionamento em plenas condições higio-sanitárias que se impõem em infraestruturas desta natureza.

Neste contexto, entende-se mais ajustado analisar a comparabilidade dos indicadores, sem atribuir qualquer impacto ao contexto pandémico, ao nível dos gastos operacionais.

Expurgando, assim, o impacto da pandemia COVID-19, no que se refere à perda de rendimentos (-147,4 milhares de euros), imputada ao contexto recessivo gerado pela pandemia, com maior expressão na zona sul do país, o rácio diminui em 2,4 pontos percentuais, face ao registado no ano anterior.

Apuramento perda de rendimento devido a contexto pandémico:

Espaço	Perda de rendimentos (TU's), face ao PAO2021	(EUR)
Edifício E2 - ET012 + ET006	Espaço libertado pela DPD (nov/20) - previsão de comercialização em jan/21	-60 236
Edifício E3 - ET007	Espaço libertado por operador logístico (mai/20) - previsão de comercialização em mar/21	-21 036
Edifício E3 - ET005A	Espaço libertado por operador logístico (março/20) - previsão de comercialização em mar/21	-8 466
PM (Sul) - AZ003	Saída de operador logístico (fev/21) - não previsto	-28 415
DR A1 Ala SUL AZ Armazém 002	Nova contratualização	-18 951
DR A1 AZ Armazém A2	Nova contratualização	-10 248
Perda total		-147 352

Eficiência Operacional (ajustada impacto Covid-19)				(EUR)
Rubrica	2021	Ajustamento	Ajustado	2020
Volume Negócios	1 587 092	147 352	1 734 443	1 492 908
GO (FSE+RH)	568 769	0	568 769	530 560
GO/VN	35,8%		32,8%	35,5%
2021 Ajustado / 2020 (variação)				-2,7 p.p.

▪ Gastos com o Pessoal

[n.º 3, al. a), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

Os gastos com o pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes de indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 42/2016 de 28/12 e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE, apresentam um aumento face ao ano anterior, em 1,7 milhares de euros (+1%).

A evolução (+1,7 milhares de euros) resulta do efeito conjugado de: (i) atualização salarial* (+0,2 milhares de euros); (ii) baixa médica (-0,5 milhares de euros); (iii) gastos incorridos em contexto COVID-19, em 2020, com subsídio de acumulação de funções e medidas de caráter social de apoio a colaboradores (-0,9 milhares de euros); (iv) ajudas de custo (-0,4 milhares de euros); (v) formação (+ 2,6 milhares de euros); (vi) fardamento (+0,6 milhares de euros) e (vii) outros, tais como, medicina no trabalho, seguros, etc. (+0,1 milhares de euros).

* DL n.º 10/2021, de 1 de fevereiro, que atualiza ao valor das remunerações base mensais da AP para 2021

Número de trabalhadores, efetivos e de cargos dirigentes

A MARF, SA apresenta, em 31/12/2021, o número de 8 trabalhadores, dos quais 3 órgãos sociais, sendo de referir que dois vogais do Conselho de Administração não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente pela SIMAB, SA à MARF, SA e o o vogal do Conselho de Administração nomeado pelo Município de Faro também não é remunerado.

Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e frota automóvel

[n.º 3, al. b), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

De acordo com esta disposição legal, os encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel, devem ser iguais ou inferiores aos registados em 2020.

Relativamente à rubrica de deslocações e alojamento, apresenta-se abaixo de 2020, em 0,3 milhares de euros (-22%), em virtude de menor gasto com deslocações inerentes à acumulação de funções do diretor da zona sul (MARF e MARÉ), em razão das restrições à mobilidade por efeito do contexto pandémico.

Os gastos com deslocações apurados para este efeito (apenas viagens e estadias) diferem do valor de deslocações e estadas da Demonstração dos Resultados, uma vez que não integra gastos com portagens, estacionamento que são incluídos nos gastos com a frota automóvel.

Pelo mesmo motivo, as ajudas de custo diminuem, em 0,4 milhares de euros (-33%).

Em 2021, os gastos associados à frota da MARF, SA apresentam-se acima do registado em 2020, no montante de 6,5 milhares de euros (+82,7%).

Para este aumento contribuiu o valor de 6,4 milhares de euros incorrido com a entrega de uma viatura e respetivos acertos de acondicionamento e danos, em 2021.

Expurgando este efeito, os gastos com a frota automóvel apresentavam um aumento absolutamente imaterial, face a 2020 (+47,5 euros). No final de 2021, a frota automóvel da MARF, SA é composta por duas viaturas, uma das quais afeta ao cargo de direção comercial (contrato de locação operacional) e outra afeta à área operacional, que pertence ao ativo fixo da empresa há 22 anos.

Para o desvio desfavorável contribuiu ainda a rubrica de manutenção, relativamente a intervenção na viatura afeta à área operacional, com mais de 20 anos e a rubrica de combustíveis, refletindo a escalada de preços de combustível.

Frota Automóvel MARF

Euro	2019	2020	2021	2021/2020	
				ABS	%
Gastos com a frota automóvel	9 463	7 809	14 268	6 460	83%
ALD	4 216	4 343	9 986	5 643	130%
Combustíveis	3 135	2 426	2 782	356	15%
Manutenção	795	163	664	501	308%
Seguros	204	214	214	0	0%
Portagens/Estacionamento	1 059	609	569	-40	-7%
IUC	54	54	54	0	0%
Nº de veículos	2	2	2	0	0%

Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

[n.º 3, al. c), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

Em 2021, foram registados gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria no valor de 5 400 euros, referente a "Estudo de viabilidade da instalação de um Pórtico", com controlo de entradas e saídas de veículos no MARF (4 950 euros) e avaliação do terreno do MARF (450 euros);

Em 2020, não se registaram gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

[Handwritten signature]

PMP

A evolução do indicador do PMP a fornecedores da MARF, SA foi a seguinte:

PMP	2021	2020	Variação 2021/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	57	20	37	190%

O indicador do PMP⁷, em 2021, é de 57 dias, que compara com 20 dias apurado em 2020, consubstanciando um aumento de 37 dias (+190%).

De salientar que a evolução do PMP é impactada, por um lado, por pagamentos a pronto pagamento efetuados no âmbito da empreitada de construção do novo Entrepósito Logístico, em 2020 e, por outro lado, por faturas no âmbito de empreitada de reparação do pavimento, em 2021, que não traduziam condições de validação técnica que sustentasse o seu pagamento, mantendo-se em dívida para além do prazo de pagamento.

Expurgando a dívida à empresa mãe, o saldo ascende a 52 dias.

Foram incluídos no cálculo deste indicador apenas os saldos de curto prazo, ou seja, os saldos que decorrem da atividade e investimentos correntes.

Foram excluídos do cálculo deste indicador, saldos de médio e longo prazo, relativos a retenções de garantia prestadas por fornecedores de investimento.

Limite de crescimento do Endividamento

Nos termos definidos no n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2021, apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019) e tendo em conta os novos investimentos, o crescimento do endividamento, em 2021, face a 2020, é limitado a 2%.

Nos anos de 2021 e 2020 não ocorreram aumentos de capital.

A taxa de variação do endividamento remunerado é calculada nos termos do n.º 4 do artigo 159.º do DL 84/2019 de 28 de junho, na definição conferida pelo ofício SAI_DGTF/2022/359 DSPE de 20 de janeiro de 2022, apresentando-se como segue:

$$\frac{(\text{Financiamento Remunerado}_{2021} - \text{Financiamento Remunerado}_{2020}) + (\text{Capital}_{2021} - \text{Capital}_{2020}) - \text{Novos Investimentos}_{2021}}{(\text{Financiamento Remunerado}_{2020}) + \text{Capital}_{2020}}$$

Variação do Endividamento (execução)	2021	2020
	Valores €	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	2 255 316	2 876 501
- do qual concedido pela DGTF	n.a.	n.a.
Capital Social	7 042 312	7 042 312
Aumentos de capital por conversão de créditos	0	0
Novos Investimentos no ano (com expressão material)	0	
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	-6,3%	

⁽¹⁾ inclui Prestações acessórias de capital

⁷ Calculado nos termos da RCM n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril

A MARF, SA cumpre assim os limites de endividamento definidos, tendo o passivo remunerado, em 2021, diminuído em 6,3%, face a 2020.

III Estrutura de Capital

- Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).**

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da MARF, SA ascendia a 7.042.312,15 euros, representado por 1 411 285 ações nominativas, com o valor facial de 4,99 euros.

A empresa é detida pela SIMAB – Sociedade instaladora dos Mercados Abastecedores, SA, e pela Câmara Municipal de Faro, sendo a sua empresa mãe a SIMAB, SA.

Em substância, o capital social da sociedade, encontra-se repartido nos seguintes valores:

Composição do Capital Social

Descrição	Nº Ações	Valor Nominal	Participação	%
SIMAB, S.A.	1.345.620	4,99	6.714.643,80	95,35%
Câmara Municipal de Faro	65.665	4,99	327.668,35	4,65%
Total	1.411.285		7.042.312,15	100,00%

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2021, não existiram alterações ao capital social.

A SIMAB, SA é detida a 100% pela Parpública, SGPS, SA.

- Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.**

Relativamente à titularidade e/ou transmissão de ações, de acordo com o artigo 7.º dos Estatutos da Sociedade, a transmissão das ações nominativas fica sujeita ao consentimento da sociedade, nos seguintes termos:

- O pedido de consentimento deverá ser feito por carta registada dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, indicando com exatidão o preço e demais condições da transmissão pretendida.
- Se a sociedade não se pronunciar sobre o pedido de consentimento no prazo de sessenta dias o acionista poderá proceder à transmissão das ações.
- Os acionistas têm preferência na aquisição das ações, devendo manifestar esse direito na Assembleia Geral, sendo fixadas por este órgão social as condições de rateio, no caso de haver vários acionistas interessados.
- Se o consentimento for recusado e os acionistas não exercerem a preferência, a sociedade deverá indicar pessoa ou pessoas que se disponham a adquirir as ações nas condições de preço e pagamento do negócio para que o mesmo consentimento foi solicitado.

Sem prejuízo do referido, a transmissão de ações que conceda a maioria do capital (ou de votos) a entidades não participadas maioritariamente pelo Estado Português, poderá determinar a exigibilidade antecipada de empréstimos que a empresa detém com o Banco Europeu de Investimento.

- Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e possam conduzir a eventuais restrições.**

Não existem quaisquer acordos parassociais outorgados pela MARF, SA.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

- Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos**

termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) no seu artigo 447.º (vide alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

Os membros do Conselho de Administração e de Fiscalização não detêm ações ou obrigações da Sociedade.

A MARF, SA não detém participações financeiras noutras sociedades.

2. *Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).*

De acordo com os seus Estatutos, a sociedade pode, por deliberação do Conselho de Administração, participar no capital social de quaisquer outras sociedades, mesmo que reguladas por leis especiais, em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico.

A MARF, SA é associada da Associação 5 ao Dia ⁸.

3. *Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quando aplicável nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.*

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detêm ações nem obrigações da Empresa.

4. *Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade.*

A MARF, SA mantém relações de natureza comercial enquanto cliente da SIMAB, SA no âmbito da prestação de serviços nas áreas de recursos humanos, jurídica, sistemas de informação, financeira e área técnica.

A MARF, SA mantém ainda relações de natureza comercial enquanto fornecedor da SIMAB, SA, no âmbito da prestação de serviços do diretor do mercado à *holding* SIMAB por força da estratégia de realocação de recursos humanos do grupo. Estas relações encontram-se devidamente sustentadas e formalizadas em Contratos de Gestão.

Entre a MARF, SA e o Município de Faro existem relações de natureza comercial enquanto fornecedor de licenciamentos e outras tarifas/taxas, eventualmente necessários no decorrer da atividade da MARF, SA.

V. *Órgãos Sociais e Comissões*

A. *Modelo de Governo*

A entidade deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º do RJSPE).

1. *Identificação do modelo de governo adotado.*

De acordo com os princípios de bom governo das empresas que integram o Setor Empresarial do Estado, referidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a MARF, SA tem implementadas estruturas de Administração e Fiscalização ajustadas à sua dimensão e complexidade.

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o modelo de Governo da MARF, SA tem como órgãos sociais:

- Assembleia Geral,
- Conselho de Administração
- Fiscal Único.

Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes do acionista e da tutela.

⁸ [Vide ponto IX Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental]

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela aprovação dos objetivos e políticas de gestão, elaboração e aprovação do plano estratégico e de negócios e do relatório de gestão anual, e por estabelecer a organização interna da empresa elaborando os regulamentos e as instruções que julgue convenientes.

As funções de fiscalização cabem ao Fiscal Único que é também o revisor oficial de contas da empresa. Para além das atribuições previstas na lei, compete ao revisor oficial de contas emitir os pareceres previstos para as empresas do setor público empresarial.

Nos termos do artigo 15.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração reunirá sempre que convocado pelo seu Presidente ou por dois outros Administradores.

Nos termos do n.º 4 do artigo 13.º dos Estatutos da MARF, SA, o Conselho de Administração poderá delegar num ou mais administradores, algum ou alguns dos poderes que lhe são conferidos, definindo em ata os limites e as condições de tal delegação.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples dos votos dos Administradores presentes.

O presidente do Conselho de Administração tem direito a voto de qualidade nos termos do n.º 2 do artigo décimo terceiro dos Estatutos da MARF, SA

Os mandatos do Conselho de Administração e do Fiscal Único têm a duração de três anos podendo ser renovado.

B. Assembleia Geral

1. **Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim). Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).**

No exercício de 2021, apresentaram-se em funções 2 mandatos:

- I. Até 30 de março de 2021 os órgãos sociais nomeados em Assembleia Geral de 29 de março de 2016, onde foram definidas as remunerações dos órgãos sociais, para o mandato 2016/2018, uma vez que, em Assembleia Geral de 28 de março de 2019, ficou suspensa a votação de novos órgãos sociais para a sociedade, por não estarem reunidas as condições necessárias para deliberar sobre esta matéria.
- II. Em Assembleia Geral de 30 de março de 2021 (na sequência da realização de Assembleia Geral eletiva na SIMAB, SA, acionista maioritário), foram designados os novos membros dos órgãos sociais para o mandato 2021/2023.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2016/2018	Presidente	Rogério Conceição Bacalhau Coelho	AG	29/03/2016
2016/2018	Secretário	Nuno Henrique Eva Ferreira	AG	29/03/2016
2021/2023	Presidente	Rogério Conceição Bacalhau Coelho	AG	30/03/2021
	Secretário	Nuno Henrique Eva Ferreira	AG	30/03/2021

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral aufero o seu rendimento pela Câmara Municipal de Faro.

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral, não aufero diretamente qualquer remuneração na sua esfera pessoal, sendo debitada, pela SIMAB, SA à MARF, SA, a senha de presença que lhe caberia pelo exercício do cargo.

2. **Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.**

[Handwritten signature]

Nos termos do artigo 12.º, dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral pode deliberar em primeira convocação sobre quaisquer matérias desde que estejam presentes, ou representados, acionistas que representem pelo menos cinquenta e um por cento do capital social.

Devem ser aprovadas pelos votos representativos de pelo menos setenta e cinco por cento do capital social as deliberações sobre as seguintes matérias:

Para além do caso previsto no número três do artigo quarto dos estatutos, devem ser aprovadas pelos votos representativos de pelo menos setenta e cinco por cento do capital social as deliberações sobre as seguintes matérias:

- a) Alteração dos estatutos;
- b) Fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade;
- c) Aumento de capital social;
- d) Eleição dos membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Fiscal Único."

C. Administração e Supervisão

1. ***Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.***

De acordo com o artigo 13.º dos Estatutos da Sociedade:

1. *A condução dos negócios sociais, com a latitude prevista na lei e nos presentes estatutos, é confiada a um Conselho de Administração, o qual será composto por um Presidente e dois ou quatro vogais, a serem designados pela Assembleia Geral.*
2. *O Presidente terá direito a voto de qualidade.*
3. *Por deliberação da Assembleia Geral os Administradores designados poderão ser ou não dispensados da prestação de caução.*
4. *O Conselho de Administração poderá delegar num ou mais administradores, algum ou alguns dos poderes que lhe são conferidos, definindo em ata os limites e as condições de tal delegação.*

Ainda de acordo com o artigo 15.º dos Estatutos da Sociedade:

1. *O Conselho de Administração reunirá sempre que convocado pelo seu Presidente ou por dois outros Administradores.*
2. *As reuniões terão lugar no local indicado no aviso convocatório ou, na falta de indicação, na sede da sociedade.*
3. *Qualquer administrador pode fazer-se representar na reunião por outro administrador, mediante carta dirigida ao presidente.*

Compete à Assembleia Geral eleger os titulares dos órgãos sociais da sociedade.

Tal como decorre do modelo de governo descrito anteriormente, a administração da empresa compete ao Conselho de Administração, órgão executivo, não existindo, conselho geral e de supervisão e conselho de administração executivo.

2. ***Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).***

Conforme referido anteriormente, no exercício de 2021 apresentaram-se em funções 2 mandatos:

Até 30 de março de 2021, mantiveram-se em funções os membros do Conselho de Administração, nomeados para o mandato 2016/2018, conforme se segue:

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade pagadora	Entidade Pagadora(O/D)
2016/2018	Presidente	Rui Paulo de Silva Soeiro Figueiredo	Ata n.º 32 de AG	27/07/2016	n.a.	n.a.
	Vogal	Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho	Ata n.º 32 de AG	27/07/2016	n.a.	n.a.
	Vogal	Adriano João Leal Cardoso Guerra	Ata n.º 35 de AG	21/12/2017	n.a.	n.a.

Em 30 de março de 2021, foram nomeados novos membros do Conselho de Administração:

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade pagadora	Entidade Pagadora(O/D)
2021/2023	Presidente	Jorge Proença dos Reis	Ata n.º 44 de AG	30/03/2021	n.a.	n.a.
	Vogal	Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Sarsiva	Ata n.º 44 de AG	30/03/2021	n.a.	n.a.
	Vogal	Adriano João Leal Cardoso Guerra	Ata n.º 44 de AG	30/03/2021	n.a.	n.a.

3. **Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração⁹ e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes¹⁰, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do RJSPE).**

O Conselho de Administração da MARF, SA é composto apenas por membros executivos.

Não existem na sociedade membros do Conselho de Administração que possam ser considerados independentes. Os Administradores fazem parte do quadro e ou administração dos acionistas que os indicam para integrarem a sociedade subsidiária. Nesta perspetiva, considera-se que fazem parte de um grupo específico de interesses na sociedade (interesse do acionista que representam).

4. **Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos (vide alínea j) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).**

Os elementos curriculares relevantes, de cada um dos membros do Conselho de Administração em funções em 2021, são os que seguidamente se apresentam:

- Em funções desde 30/03/2021

Presidente – Jorge Proença dos Reis

Atualmente, Presidente do Conselho de Administração da SIMAB, SA e das suas participadas.

Foi Vice-Presidente/Subinspector-Geral da ASAE, com os pelouros da área técnico-pericial, laboratorial e de avaliação de riscos na cadeia alimentar, sendo o Focal Point da EFSA em Portugal. Foi ainda Gerente

⁹ Conforme decorre da aplicação do n.º 1 do artigo 278.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 407.º do CSC.

¹⁰ A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. Quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na entidade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

e Director Executivo da Publiagro, técnico superior da SIMAB e do IFADAP (actual IFAP) e Técnico Estagiário da TRATOLIXO.

Licenciado em Engenharia Zootécnica pela Universidade de Évora, tem pós-graduação em Gestão de Empresas pelo INDEG/ISCTE, pós-graduação Golden Master pelo ISEG e o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP) pelo INA.

Vogal do Conselho de Administração – Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Atualmente, Vogal do Conselho de Administração da SIMAB, SA e das suas participadas, como CFO (Chief Financial Officer).

Foi Administradora na IdD (Portugal Defence, SEE do Ministério da Defesa Nacional, nos pelouros Financeiro e Desmilitarização), técnica superior no IAPMEI, controller financeira na Novabase e auditora financeira na Deloitte.

Licenciada em Economia pela Universidade Católica, com uma pós-graduação em Gestão também pela Católica, detém ainda o grau de Auditora de Defesa Nacional atribuído pelo Instituto de Defesa Nacional e o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP) pelo ISCTE.

Vogal Conselho de Administração – Adriano João Leal Cardoso Guerra

Licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade do Algarve (1995).

Pós-Graduado em Contabilidade pelo ISCTE, (2006).

Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP), pelo INA, (2012).

Nos últimos 5 anos exerceu Experiência Profissional mais relevante:

Vereador na Câmara Municipal de Faro desde outubro de 2017, com competências delegadas nas áreas Financeira e Património Municipal, Notariado Privativo, Financiamento Externo, Administração Geral, Taxas e Licenças, Contencioso, apoio jurídico e contraordenações, fiscalização, equipamentos, instalações municipais, máquinas e viaturas e cemitério.

Vogal do Conselho de Administração do Teatro Municipal de Faro - Serviços Municipalizados desde outubro de 2017.

Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, de 20 de fevereiro de 2012 a outubro de 2017, com competências delegadas no âmbito da Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira e da Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local. A primeira assegura toda a gestão financeira, patrimonial e recursos humanos da CCDR. A segunda tem a cargo a prestação de apoio jurídico aos diferentes sectores do organismo, bem como à administração local, promove a instrução de processos de contraordenação, nomeadamente na área ambiental, bem como efetua estudos diversos sobre as autarquias de índole financeira e recursos humanos. Efetua a divulgação, apreciação e acompanhamento da execução financeira e física do Programa Equipamentos Urbanos de Utilização coletiva e dos Contratos-Programa (Cooperação Técnica e Financeira).

▪ **Em funções até 30/03/2021**

Presidente do Conselho de Administração – Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo

Licenciado em Direito; Mestre em Ciência Política; 3.º Ciclo de Estudos de Doutoramento em Marketing e Direção Estratégica de Empresas; Doutorando em Marketing e Direção Estratégica de Empresas; Pós Graduado em Ciência Política; Pós Graduado em Marketing Político.

Nos últimos 6 anos exerceu atividades como jurista na Direção de Serviços de Assessoria Jurídica, Contencioso e Política Legislativa da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (Novembro de 2015 – Junho de 2016) e como Deputado à Assembleia da República (Junho de 2011 - Outubro de 2015).

Ao longo da sua vida profissional, iniciada em 1996, desempenhou, também, atividades profissionais como Adjunto e Assessor Jurídico no Gabinete do Primeiro-Ministro (XVII e XVIII Governos

[Handwritten signature]

Constitucionais); Adjunto e Assessor de vários membros do Governo no Ministério da Administração Interna (XIV Governo Constitucional); jurista no Ministério da Administração Interna (Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações; Secretaria - Geral); e, Docente Universitário.

Foi, igualmente, membro do Conselho Diretivo do Sporting Clube de Portugal, Administrador da empresa Sporting.Com e Diretor do Jornal Sporting.

Desempenhou, ainda, cargos autárquicos na cidade de Lisboa como Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, membro da Assembleia Municipal, membro e Presidente de Assembleia Freguesia e membro de Junta de Freguesia.

Foi, também, Presidente do Think Tank ITD - Instituto Transatlântico Democrático.

Vogal do Conselho de Administração – Gonçalo Matos Correla de Almeida Velho

Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Matemáticas e Gestão, detém também o Curso Superior de Gestão Bancária, pelo Instituto Superior Politécnico Internacional.

Experiências Profissionais mais significativas:

Entre 2013 e 2016 integrou a Direção de Prospetiva e Controlo de Gestão tendo participado na elaboração do Plano Estratégico da APL, SA 2016-2020 no estudo sobre o Valor Económico e Financeiro do Porto de Lisboa e assumiu a representação da APL junto no Grupo de Trabalho do 4º Corredor Ferroviário de Mercadorias.

Vogal do Conselho de Administração do SUCH (2010-2013) com a área Financeira. Enquanto Vogal do CA do SUCH assumiu por inerência as seguintes funções: Presidente do Conselho de Administração do SOMOS, SGPS (2010); Vogal do Conselho de Administração da Empresa de Ambiente e Saúde (2010-2013); Vogal do Conselho de Administração do SOMOS AMBIENTE, ACE (2012-2013); Membro do Conselho Fiscal do SOMOS AMBIENTE, ACE (2010-2012). Vogal do Conselho de Administração do SOMOS CONTAS, ACE (2010-2013)

Técnico Superior da Administração do Porto de Lisboa desde 2007, onde assumiu como principais funções o Negócio Portuário - Carga e o acompanhamento de Contratos de Concessão (2009-2010) e o aconselhamento financeiro e consultoria bancária, nomeadamente consulta e renegociação bancária no processo de construção dos Edifícios Sede da AESM e OEDT e gestão de créditos (2007-2009).

Vogal do Conselho de Administração da Sociedade de Reabilitação Urbana – Baixa Pombalina entre 2004 e 2007 assumindo a responsabilidade pela área financeira e Recursos Humanos.

Deputado à Assembleia da República nas VIII e IX (1995-2002), Legislaturas.

Vogal Conselho de Administração – Adriano João Leal Cardoso Guerra

(Ver acima)

5. ***Evidências da apresentação das declarações¹¹ de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE).***

Os membros do conselho de administração da MARF, SA, atualmente em exercício de funções, não detêm, à data de 31 de dezembro de 2021, quaisquer participações patrimoniais na empresa, nem

¹¹ Tem-se por desejável ser adequadamente evidenciada a receção das declarações por parte dos destinatários. Para o efeito considere-se o que refere a Inspeção-Geral de Finanças no sítio na internet desta última, acedível através da hiperligação <http://www.igf.gov.pt/deveres-de-comunicacao/deveres-de-informacao-gestores-publicos1.aspx>. "(...) Para cumprimento desta obrigação legal, a IGF disponibiliza um formulário eletrónico ao qual o gestor público deve solicitar o acesso, através do envio de mensagem de correio eletrónico para o endereço de mail gestorespublicos@igf.gov.pt, que também está disponível para o esclarecimento de quaisquer dúvidas. Após o recebimento da resposta com o respetivo link de acesso, deve preencher integralmente o formulário e submetê-lo no sistema, podendo no final imprimir as suas respostas".

quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

As declarações sobre participações patrimoniais dos membros dos órgãos de administração à Inspeção-Geral de Finanças em como não existem relacionamentos suscetíveis de gerar conflito de interesses encontram-se se em anexo [vide Anexo III] do presente documento.

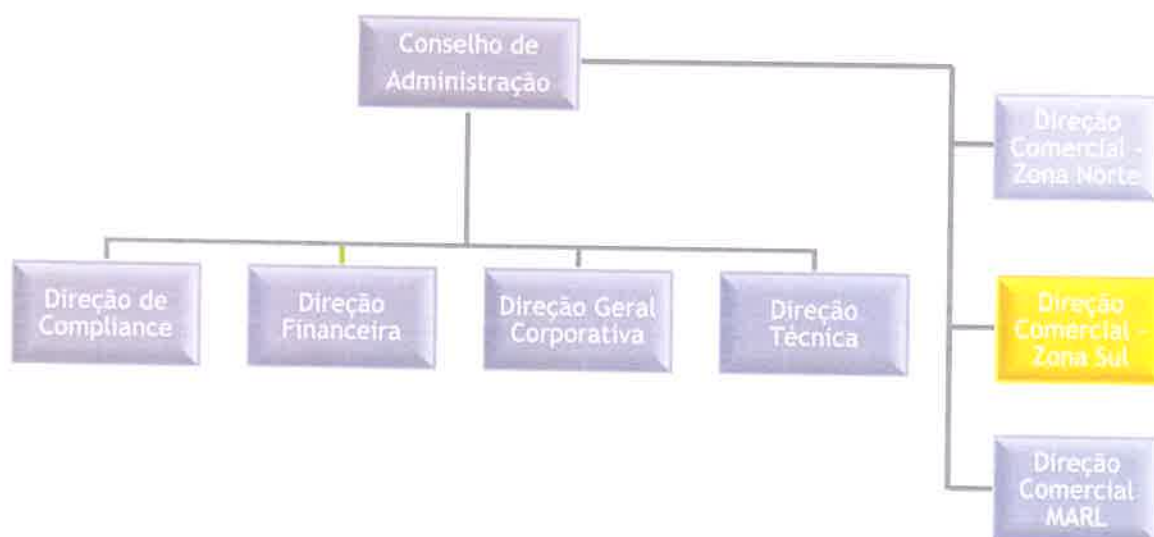
6. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.

A MARF, SA desconhece a existência de quaisquer relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas entre os membros do Conselho de Administração e os acionistas e/ou seus representantes.

7. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade.

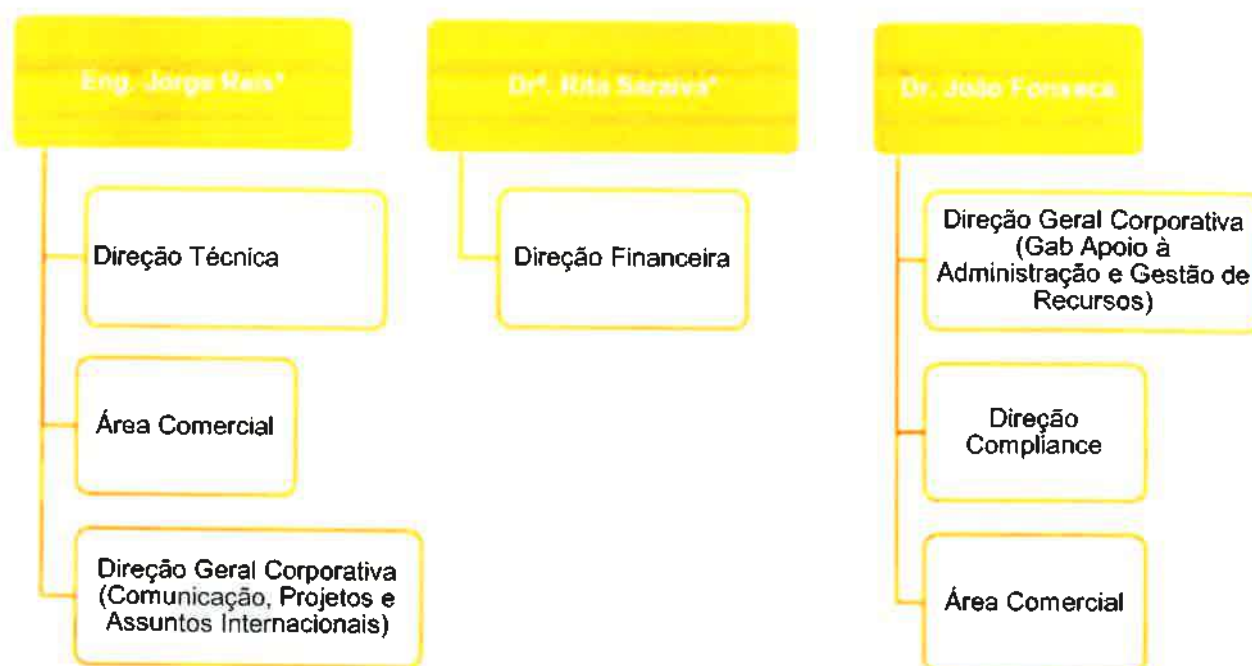
A estrutura do Grupo SIMAB encontra-se organizada em três Direções Comerciais distribuídas por zonas e três Direções relativas às áreas de suporte, transversais às empresas do Grupo, com uma definição clara de conteúdos funcionais e de reporte, de modo a dar resposta às suas linhas de orientação estratégica, definida, também ela em termos de grupo.

Com exceção do Mercado de Lisboa, que partilha o organigrama com a SIMAB, SA, mas que autonomizou funcionalmente a sua Direção Comercial, a atividade das restantes sociedades participadas, como no caso da MARF, SA é conduzida por um Diretor, que acumula a Direção do Mercado de Évora e uma pequena estrutura operacional e comercial de suporte, apoiada pelas Direções e áreas transversais da SIMAB, SA, com reporte ao respetivo Conselho de Administração, composto maioritariamente pelos membros do Conselho da SIMAB, SA, sendo o seu Presidente e um dos Vogais, comuns à holding e às restantes participadas.



Tendo em vista a otimização da eficiência da gestão, os membros do Conselho de Administração em funções repartiram entre si a responsabilidade pelo acompanhamento direto de áreas específicas de atuação do Grupo SIMAB.

A repartição de competências por área funcional dos respetivos membros do Conselho de Administração da SIMAB, S.A. foi a seguinte:



A Conselho de Administração da MARF, SA ratificou Nota Interna¹², emanada pelo Conselho de Administração da SIMAB, que delega competências, no que se refere a limites materiais na gestão quotidiana da sociedade e execução orçamental, enunciando os poderes delegados às Direções/Diretores para autorização de despesas, vigente de 23 de junho de 2021 até à data:

"Sem prejuízo do rigoroso cumprimento das regras de contratação pública e dos respetivos procedimentos internos em vigor, os limites materiais subjacentes às delegações de competências, no que diz respeito à autorização de despesas, são aprovados pelo Conselho de Administração, nas seguintes condições e limites:

- *A autorização de qualquer despesa de investimento terá de ser, sempre, aprovada pelo Conselho de Administração (CA) no caso da SIMAB S.A e participadas e pela Comissão Executiva (CE) no caso da MARL SA, sob proposta fundamentada do serviço (Área/Direção) proponente, indicando o cabimento orçamental, justificando a necessidade, urgência ou oportunidade da despesa em causa, bem como o procedimento legal a utilizar nas fases pré-contratual e de execução;*
- *A autorização de qualquer despesa corrente, de valor superior a 5.000 euros, terá de ser, sempre, aprovada pelo Conselho de Administração no caso da SIMAB S.A e participadas e pela Comissão Executiva no caso da MARL SA, sob proposta fundamentada do serviço (Área/Direção) proponente, indicando o cabimento orçamental, justificando a necessidade, urgência ou oportunidade da despesa em causa, bem como o procedimento legal a utilizar nas fases pré-contratual e de execução;*
- *A autorização da realização de despesas correntes ao abrigo da presente delegação de competências, deverá pressupor, sempre, previsão no Plano de Atividades e Orçamento submetido;*
- *No que respeita às despesas correntes expressamente previstas no respetivo Plano de Atividades e Orçamento submetido, o CA no caso da SIMAB S.A e participadas e CE no caso da MARL, SA delega em cada um dos seus membros, a possibilidade de autorizar despesas de valor menor ou igual a 5.000 euros;*

¹² Nota Interna n.º 4/2021 de 23 de junho

✓
PB
B

- Quando estejam em causa despesas do tipo e na situação expressa no número anterior, os respetivos órgãos competentes, delegam ainda:
 - i. Na Diretora da Direção Financeira, a possibilidade de autorizar despesas de valor menor ou igual a 1 000 euros (mil euros);
 - ii. Na Diretora da Direção Comercial do MARL a possibilidade de autorizar despesas de valor menor ou igual a 2 000 euros (dois mil euros);
 - iii. Nos Diretores Comerciais da Zona Sul e da Zona Norte e Direção Técnica, a possibilidade de autorizar despesas de valor menor ou igual a 1 000 euros (mil euros);
 - iv. No Diretor da Direção Geral e Corporativa a possibilidade de autorizar despesas de valor menor ou igual a 1 000 euros (mil euros), e;
 - v. Na Diretora da Direção Compliance a possibilidade de autorizar despesas de valor menor ou igual a 1 000 euros (mil euros).
- No caso de proposta de realização de despesas correntes que não estejam expressamente previstas nos respetivos Planos de Atividades, desde que com caráter excecional, sejam fundamentadas pelos Responsáveis, validadas pela Direção Financeira, com a verificação da disponibilidade orçamental na rubrica em causa, ou por reafecção orçamental, o CA no caso da SIMAB S.A e participadas e CE no caso da MARL, SA delega em cada um dos seus membros a autorização de despesas até um montante máximo de 2 000 euros.
- A apresentação de propostas, por parte dos serviços (Áreas/Direções) proponentes, que tenha implícita a autorização de despesas deverá ser, sempre, precedida da intervenção da Direção Financeira (Cabimentação orçamental e eventuais pareceres prévios) e da Direção Compliance (Lei da Contratação Pública e eventuais pareceres prévios).
- A presente deliberação foi tomada em sede de CA da SIMAB, sendo válida nas empresas do Grupo SIMAB que em sede dos seus CAs e CE no caso do MARL, a ratificarão.^{*13}

O Conselho de Administração da MARF, SA, deliberou¹⁴ delegar poderes e competência de gestão, conforme previsto nos Estatutos da Sociedade, nos atos de gestão corrente, incluindo atos administrativos decorrentes de procedimentos de contratação pública, estabelecendo os seguintes limites:

- No seu Presidente, até ao limite de 75.000€ no caso de aquisição de bens e serviços e de 150.000€ no caso de empreitadas, com posterior ratificação em reunião do Conselho de Administração;
- Da mesma forma ficam os mesmos poderes e competências de gestão delegados no conjunto de quaisquer 2 membros do Conselho de Administração, com posterior ratificação em reunião do Conselho de Administração;

Esta deliberação substitui a deliberação tomada em 12 de dezembro de 2018, lavrada em ata nº 176.

8. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo¹⁵, indicando designadamente:

- a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas¹⁶;

Durante o ano de 2021 foram realizadas 9 reuniões do Conselho de Administração (CA), das quais 3 reuniões no período de 1 de janeiro a 30 de março de 2021 e 6 reuniões no período de 31 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021, as quais contaram com a seguinte assiduidade dos seus membros:

Mandato (2016/2020) - até 30/03/2021

¹³ Ata CA n.º 205 Aprovação da NI n.º 4/2021

¹⁴ Ata n.º 207 do CA 30 de novembro de 2021

¹⁵ Deve ser ajustado ao modelo de governo adotado.

¹⁶ A informação poderá ser apresentada sob a forma de quadro.

Membro do CA (Nome)	N.º presenças em reuniões do CA	Grau Assiduidade
Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo	3	100%
Gonçalo Matos Correia de Almeida	3	100%
Adriano João Leal Cardoso Guerra	3	100%

Mandato (2021/2023) - após 30/03/2021

Membro do CA (Nome)	N.º presenças em reuniões do CA	Grau Assiduidade
Jorge Proença dos Reis	6	100%
Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva	6	100%
Adriano João Leal Cardoso Guerra	3	50%

As reuniões, em ambos os mandatos foram realizadas por videoconferência, decorrente da situação de pandemia por COVID-19.

- b) **Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, apresentados segundo o formato seguinte:**

Mandato I

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime [Público/privado]
Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo	PCA da SIMAB, SA, MARL, SA, MARE, SA e MARB, SA		Público
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho	VE da SIMAB, SA, MARL, SA e MARE, SA		Público
Adriano João Leal Cardoso Guerra	Vereador da Câmara Municipal de Faro		Público
	Vogal do CA do Teatro Municipal de Faro - Serviços Municipalizados		Público

Mandato II

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime [Público/privado]
Jorge Proença dos Reis	PCA da SIMAB, SA, MARL, SA, MARE, SA e MARB, SA		Público
Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva	VE da SIMAB, SA, MARL, SA, MARE, SA e MARB, SA		Público
Adriano João Leal Cardoso Guerra	Vereador da Câmara Municipal de Faro		Público
	Vogal do CA do Teatro Municipal de Faro - Serviços Municipalizados		Público

- c) **Órgãos da entidade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;**

A Administração da empresa compete ao Conselho de Administração, órgão executivo, não existindo órgãos com funções de supervisão no modelo de governo da sociedade.

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais, artigo 420.º, compete ao revisor oficial de contas proceder ao exame e verificação necessários à revisão e certificação legal de contas. Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro compete-lhe ainda aferir no respetivo relatório o cumprimento das boas práticas de governo societário.

- d) Comissões¹⁷ existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.**

Não existem Comissões no órgão de administração da MARF, SA.

D. Fiscalização¹⁸

- 1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras**

Nos termos dos Estatutos, a fiscalização da sociedade compete a um Fiscal Único e seu suplente, eleito em Assembleia Geral, por períodos de três anos. O Fiscal único é simultaneamente o Revisor Oficial de Contas da sociedade, mantendo, por definição, uma relação de independência no exercício das funções.

- 2. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou). Informação a apresentar segundo o formato seguinte:**

O órgão de fiscalização reveste a figura de Fiscal Único, tendo sido nomeado para o mandato 2020/2023.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação	
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data
2016/2018	ROC/Fiscal Único	A.Figueiredo & Associados SROC, Lda, representada por Ricardo Jorge Pinto Dias	SROC:85; ROC:1819	20170008	Ata n.º 34 da AG	28/05/2017
	ROC Suplente	Grant Thornton & Associados, Lda, representada por Dr. Carlos Lisboa Nunes	SROC: 67; ROC:427	20161113	Ata n.º 31 da AG	29/03/2016
2021/2023	ROC/Fiscal Único	A.Figueiredo & Associados SROC, Lda, representada por Ricardo Jorge Pinto Dias	SROC:85; ROC:1819	20170008	Ata n.º 44 da AG	30/03/2021
	ROC Suplente	Marco António da Costa e Dias	SROC: 85 ROC:1816	20161226	Ata n.º 44 da AG	30/03/2021

- 3. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.**

Fiscal Único - efetivo – Dr. Ricardo Jorge Pinto Dias

Licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Lusíada - 1997

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

É Revisor Oficial de Contas (n.º 1819, registado na CMVM com o nº 20170008)

É Contabilista Certificado (n.º 36126)

¹⁷ Que incluam ou tenham a participação de elementos do órgão de administração ou supervisão.

¹⁸ Relativamente ao Fiscal Único deverá ser prestada a informação a que se referem os pontos 1, 3, 4 e 5 deste tópico D. Fiscalização e bem assim a informação a que se refere o tópico E. Revisor Oficial de Contas (ROC).

Iniciou a sua atividade profissional em 1997 no Grupo Visabeira, no departamento de auditoria interna. Em 2001, assumiu a responsabilidade pelo processo de consolidação de contas e cumulativamente a partir de 2002 a direção administrativa do Grupo,

Desde 2005 que desenvolve a sua atividade na A. Figueiredo Lopes, Manuel Figueiredo & Associados, SROC, Lda, tendo exercido funções de responsabilidade crescente que culminaram com a sua promoção a *Audit Manager*. Como sócio gerente desde 2017.

Tem ampla experiência na atividade geral de auditoria em diversas empresas e instituições.

Das atividades exercidas no Grupo Visabeira (Holding Multinacional e multissetorial com origem na área das telecomunicações e construção e que alargou a sua área de atuação aos setores do turismo, indústria, imobiliária e comércio e serviços, com presença em cerca de 10 países), destacam-se a gestão do processo de consolidação de contas desde o planeamento à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e no âmbito da direção administrativa coordenação de equipas multidisciplinares (designadamente contabilidade e fiscalidade) nacionais e internacionais.

Nos últimos 5 anos o Fiscal Único, exerceu funções de fiscal único nas seguintes sociedades: SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA; MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA; MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, SA; MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, SA; ERTCP – Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal; Metalcértima - Indústria Metalomecânica, S.A.; Solcer – Empresa Cerâmica, S.A.; Gavis - Sociedade de Representações Automóveis, S.A.; JVLM SGPS, S.A.; JVLM Imobiliária, S.A.; Auto Sertório, S.A.; Matos & Prata - Veículos, Máq. e Peças, S.A.; Matos & Prata – Atividades Imobiliária, S.A.; Lemos & Irmão, S.A.; Auto Martinauto, S.A.; Formartinauto - Comércio de Automóveis, S.A.; Jopauto – Comércio e Indústria de Máquinas e Automóveis, S.A.; Z. Sousa & Camilo, Lda; Fábrica de Camisas Sagres, S.A.; Cotel - Conjunto Turístico da Senhora do Castelo, S.A.; Fernando Martins de Carvalho, S.A.; Restin, SGPS, Lda; AIRV – Associação Empresarial de Viseu; Alberto Pereira, Lda; NU-RISE, SA.

Outras atividades de natureza profissional relevante: Vogal do Conselho Fiscal da Recer Indústria, SA, Vogal do Conselho Fiscal dos Empreendimentos Turísticos Montebelo, SA, Vogal do Conselho Fiscal da Visabeira Infraestruturas, Lda.

Fiscal Único suplente – Dr. Marco António da Costa e Dias

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, 2002

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Revisor Oficial de Contas com o n.º 1616

Auditor financeiro desde 2002 e sócio-gerente desde 2013 na A. Figueiredo & Associados, SROC, Lda.

Coordenador de trabalhos de auditoria em empresas municipais, municípios, entidades públicas empresariais, entidades do setor não lucrativo e empresas privadas;

Contabilista certificado de 2005 a 2015 na Ciagrama, Comércio de Caixilharias, Granitos e Mármore, Lda.

4. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo;

Em 2021, o Fiscal Único não teve intervenção em processos de contratação de serviços adicionais.

5. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

O órgão de fiscalização que, na MARF, SA, reveste a figura de Fiscal Único não desempenhou outras funções.

6. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC.

Não aplicável, uma vez que o órgão de fiscalização reveste a figura de Fiscal Único.

7. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, Indicando designadamente, consoante aplicável:

a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro, apresentados segundo o formato seguinte:

O órgão de fiscalização da sociedade reveste a forma de Fiscal Único.

O Fiscal Único esteve presente na Assembleia Geral de 30 de março de 2021.

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício;

O Fiscal Único da MARF, SA é, igualmente Fiscal Único das empresas do Grupo, SIMAB, SA, MARL, SA e MARB, SA.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Em Assembleia Geral de 30 de março de 2021, foi nomeado para ROC, o Dr. Ricardo Jorge Pinto Dias ROC n.º 1819, registado na CMVM com o n.º 20170008, em representação da sociedade A. Figueiredo Lopes, Manuel Figueiredo & Associados SROC, Lda, SROC, n.º 85, para o mandato 2021/2023, o qual já exercia funções no mandato anterior (2016/2018) e até à data da nomeação.

O Fiscal Único suplente para o mesmo mandato é o Dr. Marco António da Costa Reis, ROC n.º 1616, registado na CMVM com o n.º 20161226, nomeado na Assembleia Geral de 31 de março de 2021, sendo este o primeiro mandato em que exerce funções na MARF, SA.

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à entidade.

Não existem limitações legais.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos seguintes:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratado (€)²		
2016/2018	ROC/Fiscal Único	A Figueiredo & Associados SROC, Lda, representada por Ricardo Jorge Pinto Dias	SROC:85; ROC:1819	20170008	Ata n.º 34 da AG	29/05/2017	360,00	10	9
	ROC Suplente	Grant Thornton & Associados, Lda, representada por Dr. Carlos Usbea Nunes	SROC: 67; ROC:427	20161113	Ata n.º 31 da AG	29/03/2016	-	14	7
2021/2023	ROC/Fiscal Único	A Figueiredo & Associados SROC, Lda, representada por Ricardo Jorge Pinto Dias	SROC:85; ROC:1819	20170008	Ata n.º 44 da AG	30/03/2021	360,00	10	9
	ROC Suplente	Marco António da Costa e Dias	SROC: 85 ROC:1616	20161226	Ata n.º 44 da AG	30/03/2021	-	5	0

(1) indicar AG/DUE/Despacho

(2) remuneração mensal contratada

Segundo os Estatutos da sociedade a remuneração do fiscal único (ROC) é fixada pela Assembleia Geral.

Nome ROC/FU	Remuneração anual
	2021 (€)
	Bruta
A.Figueiredo & Associados SROC, Lda, representada por Ricardo Jorge Pinto Dias	4 320,00

4. **Descrição de outros serviços prestados pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.**

Para além dos serviços de auditoria e revisão às contas, em 2021, não foram prestados outros serviços pela ROC ou SROC que a representa.

F. **Conselho Consultivo (caso aplicável)**

1. **Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)**

Não aplicável porquanto a sociedade não tem Conselho Consultivo.

G. **Auditor Externo (caso aplicável)**

1. **Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo o formato seguinte:**

A auditoria às contas da MARF, SA é realizada pelo ROC e SROC referidos no ponto anterior, não se aplicando outro auditor externo.

2. **Explicitação¹⁹ da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.**

A MARF, SA não dispõe de Auditor Externo.

3. **Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.**

A MARF, SA não dispõe de Auditor Externo.

4. **Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede²⁰ e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços, apresentada segundo o formato seguinte:**

¹⁹ Acompanhada de menção à legislação aplicável.

²⁰ Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da alínea p) do artigo 2.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pelo artigo 2.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

Remuneração paga à SROC (inclui contas individuais e consolidadas)			
Valor dos serviços de revisão de contas	€	4 320,00	15%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	€	0,00	0
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	€	0,00	0
Total pago pela entidade à SROC	€	4 320,00	15%
Por entidade que integram o Grupo (inclui contas individuais e consolidadas)			
Valor dos serviços de revisão de contas	€	23 766,60	85%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	€	0,00	0
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	€	0,00	0
Total pago pela entidade à SROC	€	23 766,60	85%
Total pago pelas entidades do grupo à SROC		28 086,60	100%

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade.

É aplicável à MARF, SA, nesta matéria, o disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Este diploma legal determina que, uma vez que se trata de uma empresa pública sob a forma de sociedade comercial, a alteração dos seus estatutos é realizada nos termos do Código das sociedades Comerciais, devendo os respetivos projetos de alteração ser devidamente fundamentados e aprovados pelo titular da função acionista.

2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade.

O Grupo SIMAB segue um Código Ética, adotado pelas participadas, que prevê a política de comunicação de irregularidades ocorridas nas entidades, que se encontra disponível na internet nos sites das empresas e é do conhecimento de todos os colaboradores e colaboradoras.

No "Plano de Prevenção de Riscos de Gestão", emanado pela SIMAB, SA e adotado pela sociedade, onde se incluem os riscos de corrupção e infrações conexas e de conflitos de interesses, todos os órgãos sociais, colaboradores ou prestadores de serviço agindo em nome da empresa ou do Grupo, são responsáveis pela prevenção e deteção de situações irregulares ou ilícitas que tenham ocorrido ou possam vir a ocorrer. Havendo em qualquer circuito situações passíveis de corrupção, cabe aos envolvidos evitar as mesmas e se for caso disso denunciá-las, não devendo, em caso algum, existirem benefícios individuais e vantagens devido ao conhecimento de informações relacionadas, direta ou indiretamente, com a atividade das empresas ou do Grupo.

Qualquer órgão social, colaborador ou prestador de serviços agindo em nome da empresa que suspeite de situações irregulares, designadamente de fraude, corrupção ou conflito de interesses, deverá reportar obrigatoriamente esses factos através de carta fechada ou por e-mail, para, conforme o caso, um dos seguintes destinatários:

- a) Chefia direta;
- b) Coordenador dos mecanismos de gestão da política de risco;
- c) Presidente do Conselho de Administração.

Todas as irregularidades verificadas deverão ser analisadas cuidadosa e sigilosamente, tendo sempre presente a proteção do bom nome dos visados.

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.

No âmbito da legislação em vigor sobre estas matérias e com vista ao cumprimento da mesma de forma a evitar a ocorrência de situações ilícitas, de qualquer natureza, existem variados mecanismos de mitigação e prevenção de fraude organizacional, designadamente:

- a) Quaisquer ações estão devidamente alicerçadas em deliberações da Comissão Executiva e do Conselho de Administração;

- b) O Grupo SIMAB, onde a MARF, SA se insere, em 2008, implementou e mantém em vigor o Código de Ética, no qual se encontram definidas regras e princípios nas diversas relações profissionais, nomeadamente entre clientes, fornecedores e colaboradores, além de enumerar as condições e a conduta que devem ser observadas face ao respetivo universo profissional e social. Em setembro de 2016 o Código de ética foi revisto pelo atual Conselho de Administração, que manteve não só o mesmo conjunto de princípios e valores, como também, introduzir novas regras aplicáveis e de acordo com a entrada em vigor da RCM n.º 53/2016 de 21 de setembro;
- c) Dando cumprimento às recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), a MARF, SA subscreve o "Plano de Prevenção de Riscos de Gestão", emanado pela SIMAB, SA e adotado pela sociedade, onde se incluem os riscos de corrupção e infrações conexas e de conflitos de interesses, emanado pela SIMAB, extensível às suas participadas, avaliando o seu cumprimento através de relatório anual de execução, conforme previsto nos, n.º 1 e n.º 2, do artigo 46 do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- d) São subscritas pelos Administradores, das empresas do Grupo SIMAB, Declarações de Conflito de Interesse, de acordo com a recomendação do CPC²¹, bem como pelos colaboradores com funções em áreas potencialmente sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, designadamente enquanto elementos do júri nos procedimentos pré-contratuais e gestores de contratos;
- e) A MARF, SA, tal como qualquer das sociedades do Grupo SIMAB, aplica nas suas aquisições, o regime da contratação pública²² e nesse âmbito, foi aprovado e implementado, em novembro de 2021, regulamento interno de contratação pública, com vista a mitigar o risco e maximizar as boas práticas, ao nível da segregação de funções e da robustez do sistema de controlo interno;
- f) A MARF, SA, tal como qualquer das sociedades do Grupo SIMAB aprovou Delegação de competências, divulgada por nota interna, onde se encontram definidos os limites e a competência para o exercício de atos de gestão, bem como a exigência da prévia intervenção da Direção Financeira validando a cabimentação proposta de forma a serem cumpridas as rubricas orçamentadas; e intervenção da Direção Compliance, com parecer relativamente ao cumprimento das normas da contratação pública;
- g) Anualmente são elaborados planos de atividade e orçamentos, os quais são remetidos para apreciação e consolidação na SIMAB, SA que, por sua vez, remete para a Parpública e Tutela;
- h) Em virtude da natureza jurídica de todas as empresas que constituem o Grupo SIMAB, ocorrem, de forma sistemática, inspeções de organismos públicos, nomeadamente da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e da Inspeção Geral de Finanças (IGF);
- i) É devidamente garantido ao acionista, o reporte periódico de toda a atividade, através da elaboração de relatórios e demonstrações financeiras;
- j) O Fiscal Único procede à análise das contas e elabora relatórios trimestrais e anuais.

Neste âmbito importa ainda realçar que a SIMAB aderiu ao «*Call to Action: Anti-Corruption and the Global Development Agenda*» uma iniciativa das Nações Unidas, integrada nos seus objetivos de desenvolvimento sustentável, promovida pelo setor empresarial e sociedade civil, com vista a sensibilizar os Governos para o combate à corrupção, com o propósito de assumir um compromisso com a adoção generalizada de medidas anticorrupção eficazes, bem como a promoção de políticas que incentivem boas práticas neste domínio.

Este compromisso pretende evidenciar o alinhamento com o Princípio 10: Anticorrupção da ONU e realçar a importância da adoção generalizada de medidas anticorrupção, bem como da promoção de boas práticas neste domínio, da Ética e da Integridade.

²¹ Designadamente na Recomendação do CPC n.º 4 de 2 de outubro de 2019.

²² Nos termos do art.º 2.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

[Handwritten signature]

B. Controlo interno e gestão de riscos²³

1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade).

A MARF, SA, e em particular o seu Conselho de Administração, no âmbito da sua operação diária e com o objetivo de melhoria da gestão e do controlo, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, sem prejuízo da garantia que o sistema de controlo interno existente faculta, tendo em conta a dimensão das empresas do Grupo SIMAB e do respetivo quadro de pessoal.

O Grupo SIMAB, no qual se integra a MARF, SA, apresenta um conjunto de medidas de controlo interno que visam, essencialmente, garantir a conformidade entre objetivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação contabilística, financeira e operacional, mitigar a ocorrência de fraude e corrupção e garantir que os riscos críticos são identificados, controlados e reduzidos para um nível aceitável.

Estes sistemas, alinhados com as melhores práticas de gestão, têm vindo a ser executados continuamente, estando atribuída a responsabilidade pela sua implementação e cumprimento ao nível dos gestores superiores (responsáveis pelas direções operacionais) e sendo estabelecida a aceitação do risco residual pelos gestores executivos (Conselho de Administração).

Os sistemas de controlo interno e de gestão de risco contemplam um conjunto de procedimentos relativos à execução, supervisão, monitorização e melhoria contínua dos processos de negócio, nomeadamente na preparação e divulgação de informação financeira, correspondendo assim ao compromisso assumido com a melhoria do ambiente de controlo interno e dos processos de gestão de risco. Neste âmbito cabe referir que a empresa dispõe de normativos internos, instruções técnicas e ordens de trabalho que identificam procedimentos, responsabilidades e mecanismos de controlo interno adotados e são objeto de revisões regulares por parte dos responsáveis de forma a garantir que estão adequados à dimensão e complexidade das operações realizadas e dos objetivos da organização.

A empresa dispõe ainda de um sistema integrado de informação (ERP) – Primavera e aplicações informáticas de apoio à sua atividade que abrangem as áreas de contabilidade, recursos humanos, financeira, imobilizado e vendas, com mecanismos de segurança ao nível de acessos e de processos decisórios. Este sistema é sujeito a controlos e ajustamentos regulares, sendo objeto de descrição detalhada em documento apropriado sobre as alterações realizadas.

O ambiente de controlo da empresa é caracterizado pelos seguintes componentes que enformam o funcionamento da organização e que influí no comportamento dos seus colaboradores:

- (i) Uma estrutura orgânica da empresa, com a definição das linhas de reporte, missão e funções;
- (ii) As notas internas de delegação de competências, definindo quais os limites e atos delegados nos diversos níveis de gestão, enquadrados pelos planos e orçamentos aprovados;
- (iii) Planos e orçamentos aprovados para cada estrutura orgânica;
- (iv) O Código de Ética (distribuído a todos os trabalhadores) e disponível no site da empresa que engloba os valores e normas de conduta que o Grupo SIMAB preconiza;
- (v) O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, que podem afetar a estratégia e desempenho do Grupo, incluindo os de corrupção e infrações conexas, com a aferição da probabilidade de ocorrência e o impacto do risco, com a identificação de medidas de resposta apropriadas para a sua mitigação, bem como com a identificação dos responsáveis pelo seu desenvolvimento e proposta de ação;
- (vi) A formação como vetor estratégico determinante para a melhoria do desempenho dos trabalhadores.

Tendo em vista a minimização dos riscos identificados, o Grupo desenvolve diversas atividades de controlo que assentam em políticas e procedimentos definidos com vista a assegurar, quer o cumprimento das instruções superiormente transmitidas, quer o controlo sobre os riscos relacionados com a consecução dos objetivos empresariais. Tais atividades existem a todos os níveis e em todas elas se incluem procedimentos

²³ Querendo, a entidade poderá incluir síntese ou extrato(s) de Manual ou Código que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

tão diversos como: autorizações, verificações, conciliações, análises de indicadores, salvaguarda de ativos e segregação de funções. Destas atividades destacam-se:

Controlo de Créditos – a MARF, SA tem instituído um procedimento de controlo de créditos, em que é analisado, com uma periodicidade mensal, a evolução da dívida vencida de clientes e desencadeados os procedimentos conducentes à sua recuperação;

Controlo Operacional – com uma periodicidade mensal é elaborado pelo responsável hierárquico local, um relatório com evolução das principais variáveis críticas operacionais do negócio;

Controlo Compras e contratação de bens e serviços: todas as empresas do Grupo SIMAB estão sujeitas ao regime da contratação pública, existindo regulamento interno instituído para o lançamento de procedimentos pré-contratuais e a contratação de bens e serviços e empreitadas, que pretende, minimizar o risco do seu não cumprimento;

Controlo Comercial – são realizadas reuniões com os responsáveis hierárquicos locais e Diretor Comercial do MARF, com o Conselho de Administração, para monitorização da atividade comercial, análise de desvios, ponto de situação das taxas de ocupação, novos contactos e novos negócios;

Controlo de Gestão – com uma periodicidade trimestral, é elaborado um relatório de gestão com evolução dos principais indicadores económico-financeiros e execução orçamental. A preparação de informação de *report*, os instrumentos de gestão que visam acompanhar e analisar a execução do orçamento, efetuar a avaliação do cumprimento dos objetivos e desvios aos orçamentos, permitem controlar, justificar e avaliar periodicamente resultados e a atividade.

O sistema de controlo interno em vigor no universo das empresas do Grupo SIMAB, visa assim assegurar, com um grau de segurança razoável, a execução dos seguintes objetivos:

- a) a eficácia e a eficiência das operações, incluindo os objetivos da receita e da rendibilidade e a salvaguarda dos ativos;
- b) a fiabilidade da informação financeira (elaboração e publicação de demonstrações financeiras fiáveis);
- c) o cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

Ao nível de cada empresa, para além das atividades de controlo desenvolvidas ao nível das direções das sociedades, destacam-se as realizadas pelo Conselho de Administração no acompanhamento e gestão do desempenho económico, ambiental e social através dos seguintes instrumentos: plano e orçamento anual, indicadores mensais de controlo, reuniões mensais de controlo e relatórios trimestrais e anuais.

O Conselho de Administração entende assim que o sistema de controlo se encontra adequado à dimensão e à complexidade da empresa, em ordem a proteger os investimentos e os seus ativos.

Importa ainda salientar que a fiscalização da atividade empresarial da empresa é assegurada por um Revisor Oficial de Contas (ROC), nos termos dos estatutos das sociedades e do Código das Sociedades Comerciais.

2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela aprovação dos objetivos e políticas de gestão, elaboração e aprovação do plano estratégico e de negócio, do relatório de gestão e contas anual, planos de atividades e orçamentos anuais, por estabelecer a organização interna da empresa e aprovar as normas, os regulamentos e as instruções que considera necessárias e relevantes. A comunicação corporativa é assim desencadeada por deliberações do Conselho de Administração, que permitem a clarificação de instruções, estabelecem níveis de responsabilização e implementam medidas para validação de processos.

A gestão de riscos é incorporada na organização através dos processos normais de definição de estratégias e orçamentos. Ao Conselho de Administração compete exercer a responsabilidade de definir a direção estratégica da organização e criar o ambiente e as estruturas necessárias para que a gestão de riscos funcione de forma eficaz.

Ao nível da holding SIMAB, a Direção de *Compliance* com reporte hierárquico ao Conselho de Administração, que entre outras funções, atua como delegada da gestão de riscos, contribuindo para a definição,

[Handwritten signature and initials]

acompanhamento e avaliação dos riscos e das medidas de mitigação, mantendo o alinhamento com as políticas e estratégias aprovadas pelo Conselho de Administração.

A PARPÚBLICA SGPS, SA, enquanto acionista única da SIMAB, SA, através da sua Direção de Auditoria Interna realiza auditorias, inseridas nos planos anuais de Auditoria Interna da Parpública SGPS, SA, no âmbito dos processos e controlo interno. Dada a transversalidade das atividades dentro do Grupo SIMAB e tendo a SIMAB como principal atividade a gestão dos Mercados Abastecedores ficou aceite pela SIMAB e Parpública de que os trabalhos de auditoria incluíam, também, análise aos processos e procedimentos das suas participadas.

Com periodicidade trimestral é remetido, à Parpública, relatório de progresso com informação que pretende dar continuidade e boa conta das atividades desenvolvidas pela SIMAB e suas participadas, onde o MARF se insere, no que diz respeito às recomendações contidas nas referidas oportunidades de melhoria identificadas na auditoria que início em 2018 e apresentação de relatório final em maio de 2019.

3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da entidade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.

Dando cumprimento às orientações estratégicas específicas dirigidas aos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023, concluído o ciclo relativo ao Plano Estratégico precedente, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB, com os contributos das chefias de 1ª linha, para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), global e integrado, que envolve a holding e as respetivas participadas com o intuito de clarificar as prioridades e desafios Grupo SIMAB, os seus objetivos e estratégias para os atingir, bem como lançar as bases para a medição de resultados e impactos.

Na persecução do seu Plano Estratégico o Grupo SIMAB alinha as suas decisões estratégicas com o seu apetite ao risco, articulando o nível e o tipo de risco que aceitará durante a condução da sua missão e na concretização do referido Plano. Ao possuir poder discricionário o Grupo SIMAB está disposto a assumir certos riscos para se manter ágil na resolução dos desafios num ambiente competitivo em constante transformação. Definiu os níveis de apetite ao risco da seguinte forma:

APETITE AO RISCO	
BAIXO	Abordagem cautelosa e intencionalmente conservadora. Tolerância limitada para resultados incertos em relação à realização da missão, visão e objetivos estratégicos da SIMAB. Aceita o risco se alcançar um resultado for especialmente importante para a missão, objetivos ou objetivos estratégicos da SIMAB. Prefere evitar a troca deste objetivo contra a realização de outros objetivos.
MODERADO	Abordagem moderada. Aceita um grau de tolerância para resultados incertos em relação à realização da missão, objetivos ou objetivos estratégicos da SIMAB. Aceita riscos selecionados quando perfeitamente justificados. Dispõe-se a negociar este objetivo contra a realização de outros objetivos em determinadas circunstâncias.
ALTO	Abordagem flexível face a uma maior possibilidade de Insucesso. Disposta a tolerar resultados incertos em relação à realização da missão, objetivos ou objetivos estratégicos da SIMAB. Disposta a correr riscos quando os benefícios a longo prazo são expectáveis e superam os riscos. Disposta a negociar este objetivo face à concretização / realização de outros objetivos.

Decorrente da análise efetuada e da sua singularidade – operação dos mercados destinados ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e atividades complementares, aliada à sua dimensão e recursos em termos humanos e orgânicos - a SIMAB conclui que tem, em geral, um apetite Moderado ao risco e um Baixo apetite ao risco em áreas específicas.

A SIMAB aprovou a Política de Gestão Risco²⁴, adotada pelas suas participadas, comprometendo-se a:

- ♦ Estabelecer, numa perspetiva integrada, um sistema de tratamento de riscos assente num Plano de

²⁴ Ata 571 CA da SIMAB, de 26 de fevereiro de 2021

Prevenção dos Riscos de Gestão (PPRG), promovendo a melhoria contínua da respetiva gestão;

- ♦ Assegurar que a condução da política de risco é relevante na *governance* da empresa, está alinhada como as recomendações do Conselho de Prevenção contra a Corrupção, a adota um modelo baseado nos princípios descritos pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) – Enterprise Risk Management Integrated Framework*).
- ♦ Promover a identificação, avaliação e a gestão do risco definindo papéis e responsabilidades em toda a empresa.
- ♦ Desenvolver uma cultura que promova os comportamentos necessários à compreensão e atuação sobre o risco em toda a empresa.
- ♦ Informar os stakeholders, quanto aos riscos e respetivo sistema de gestão, assegurando o rigor, a clareza e a transparência da informação prestada.

Nesse mesmo documento declara ter "*consciência dos desafios que lhe são colocados por um mundo em constante transformação, pelo que se compromete a assegurar que os riscos serão monitorizados com a periodicidade adequada e que a exposição inerente das suas ações é gerida de acordo com a declaração de apetite ao risco, garantindo, em paralelo, o cumprimento dos requisitos legais em vigor e as melhores práticas de gestão integrada do risco nas suas operações.*"

4. ***Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.***

Este ponto não é aplicável à empresa.

5. ***Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.***

A estrutura orgânica da MARF, SA não contempla outras áreas funcionais no controlo de riscos, para além do exposto anteriormente e das responsabilidades dos Dirigentes e responsáveis dos serviços, pela organização, aplicação e acompanhamento do PPRG (Plano Prevenção Riscos de Gestão) adotado, na identificação, recolha e comunicação ao Conselho de Administração de qualquer ocorrência de risco e pela eficácia das medidas de controlo do risco na sua esfera de atuação.

6. ***Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade.***

No contexto da aprovação da Política de Gestão do Risco da SIMAB, adotou-se o conceito de risco preconizado pela FERMA²⁵ traduzido como combinação da probabilidade de um acontecimento e das suas consequências.

O conceito encerra a ocorrência de qualquer acontecimento, evento ou procedimento que potencialmente possa prejudicar a qualidade de um objeto de trabalho (projeto, departamento, recurso físico, humanos ou financeiro) veiculado nas dimensões do tempo, espaço e esferas pessoal, organizacional, comunitária ou social, isto é, facto ou ocorrência que condiciona ou possa colocar em causa a obtenção de resultados ou o atingir de objetivos.

No Grupo SIMAB, fruto da experiência anterior, a gestão do risco é organizada ao nível das atividades principais englobando os projetos e as iniciativas estratégicas definidas superiormente e ao nível operacional integram as estruturas hierárquicas e funcionais presentes na organização.

Os principais riscos do Grupo SIMAB são de natureza económica, financeira, operacionais e jurídicos, assim como o reputacional, enquadrados em 3 tipos de riscos corporativos: i) Estratégicos; ii) Transversais (de gestão e de corrupção ou infrações conexas, comum a todas as áreas de negócio); e iii) Operacionais.

Nesse sentido a identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que o Grupo SIMAB, onde a MARF, SA se insere, está exposto, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

²⁵ Federation of European Risk Management Associations

Handwritten signature and initials.

TIPOLOGIA	ATIVIDADE	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS
Estratégicos	Continuidade do negócio	Risco da Empresa ser incapaz de assegurar a continuidade dos processos e manter a sua atividade ininterruptamente (RE-01);
	Investimentos e projetos	Risco da gestão não possuir informação suficiente para tomar decisões sobre projetos a curto e a longo prazo (RE-02);

TIPOLOGIA	ATIVIDADE	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS
Riscos transversais (de gestão e de corrupção ou infrações conexas, comum a todas as áreas de negócio)	Exercício ético e profissional das funções	Risco de quebra dos deveres funcionais e valores éticos (RT-01).
	Controlo de qualidade	Risco de falha do controlo de qualidade dos procedimentos, produtos e serviços (RT-02)
	Competências técnicas	Risco de inadequação do perfil técnico e comportamental ao exercício das funções (RT-03)
	Atendimento e relacionamento com terceiros	Risco de prestação de informação inadequada (RT-04)
	Guarda e conservação dos documentos e equipamentos	Risco de extraviu dos documentos e dos equipamentos ou sua inutilização, por ação humana ou causas naturais (RT-05)
	Articulação entre os Serviços	Risco de não articulação dos Serviços da Empresa (RT-06)
	Conflitos de interesse no setor público - Recomendação do CPC de 8 de janeiro de 2020 e Recomendação do CPC de 7 de novembro de 2012	Risco de quebra de valores corporativos que conduzam a situações de conflitos de interesses e impedimentos (RT-07)
	Prevenção de riscos de corrupção na contratação pública - Recomendação do CPC de 2 de outubro de 2019 e Recomendação do CPC de 7 de janeiro de 2015	Risco de deficiente gestão dos processos de aquisição de bens e serviços (RT-08)
	Combate ao Branqueamento de Capitais - Recomendação do CPC de 1 de julho de 2015	Risco de ocorrência de branqueamento de capitais nas transações e relações empresariais (RT-09)
	Publicidade dos Planos de Prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas - Recomendação do CPC de 7 de abril de 2010	Risco da não divulgação do PPRG e dos correspondentes relatórios de execução nos sítios na intranet e internet da SMAB (RT-10)

TIPOLOGIA	ATIVIDADE	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS
Operacionais	Regulação	Risco de ocorrência de decisões de regulação, que afetem a prossecução dos objetivos estratégicos ou operacionais do Grupo e que impeçam o total cumprimento da regulamentação do setor; (RO-01)
	Energético	Risco de Ineficiências na utilização da energia, Insuficiente utilização de fontes energéticas alternativas/renováveis, e ineficiência na otimização do potencial energético das instalações de forma a contribuir para uma redução das emissões nocivas e uma redução do consumo de energias não renováveis; (RO-02)
	Catástrofe	Risco de ocorrência de eventos de consequências catastróficas (e.g. catástrofes naturais, ações terroristas) originando elevadas perdas financeiras e com impacto ao nível da continuidade do negócio; (RO-03)
	Envolvente política, económica e financeira	Risco de ocorrência de alterações ou eventos políticos, económicos ou financeiros conjugados com a dificuldade da organização, monitorizar sinais de alerta para os antecipar ou de se dotar dos meios para reagir no médio e longo prazo, com consequências adversas nomeadamente, podendo causar a perda de negócio ou impedindo a continuidade da estratégia definida; (RO-04)
	Gestão de ativos	Risco de danos ou perdas na gestão dos ativos tangíveis da organização (e.g. terrenos, instalações, edifícios) e intangíveis (e.g. direitos, propriedade intelectual) devido a falhas na identificação, registo e titularidade dos ativos ou devido a erros financeiros/contabilísticos relacionados com a sua avaliação, depreciação e contabilização; (RO-05)
	Sistemas de informação	Risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, em consequência da inadequabilidade dos sistemas de informação a novas necessidades, da sua capacidade para impedir acessos não autorizados, para garantir a integridade dos dados ou para assegurar a continuidade do negócio em caso de falha, bem como devido ao prosseguimento de uma estratégia desajustada nesta área ou à falha de suporte ao funcionamento dos sistemas; (RO-06)
	Definição da estratégia	Risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrente de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente ou a alterações no ambiente de negócios da Sociedade; (RO-07)
	Gestão de talentos	Risco da Empresa não conseguir selecionar, recrutar e reter os recursos com as competências, graus de conhecimentos e níveis de experiência adequados às funções existentes na organização, de forma a promover e desenvolver os melhores profissionais na Empresa e garantir a sucessão natural ou a liderança em situações de crescimento não-orgânico; (RO-08)
	Liquidez	Risco da empresa vir a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros; (RO-09)
	Crédito	Risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte (cliente) cumprir os seus compromissos financeiros (obrigações contratuais estabelecidas) perante a sociedade; (RO-10)
	Taxa de juro	Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro; (RO-11)

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

A metodologia de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos encontra-se explanada no PPRG (Plano de Prevenção de Riscos de Gestão) da SIMAB, aprovado em março de 2021, com o objetivo de sistematizar de forma racional a metodologia presente na ISO 31000 sobre Gestão do risco – Princípios e linhas de orientação, que de forma resumida se descreve da seguinte forma:

Identificação do Risco - a SIMAB procedeu, através da utilização de fontes internas e externas, à identificação dos riscos que podem afetar a sua estratégia e desempenho, reconhecendo a causa e consequência de cada evento/atividade que caracteriza o risco, identificando em simultâneo, os controlos existentes enquadrados tendo em conta a sua maturidade e o "dono" do risco.

Análise do Risco - a magnitude da exposição ao risco da SIMAB foi avaliada pelos responsáveis das áreas de negócio através de um método quantitativo simples que considerou os valores de probabilidade e de impacto de cada risco e as correlações entre esses fatores. Do mesmo modo é afeto a cada risco uma probabilidade

[Handwritten signature]

de ocorrência e o possível impacto na qualidade, no desempenho, na programação, i.e., na obtenção dos objetivos.

Planeamento e Estratégias de resposta ao Risco - o foco situa-se no desenvolvimento e conceção de estratégias para reduzir o impacto e minimizar a probabilidade de ocorrência do risco, isto é, fazer com que a probabilidade de ocorrência do risco seja próxima ou equivalente a zero.

Acompanhamento e Avaliação - O Conselho de Administração (CA) procede a controlos periódicos do consecução do PPRG com o objetivo de verificar se o cumprimento das regras e procedimentos previstos no PPRG está a ser assegurado, sendo assistido, para esse efeito, pela Direção de Compliance, que prepara a avaliação do Plano e posteriormente, para efeitos de análise do respetivo Relatório de Execução, procede à avaliação que dará (ou não) lugar à eventual revisão do PPRG e à sua submissão, para efeitos de aprovação ao CA.

O processo de acompanhamento deve garantir que são implementados os mecanismos de controlo adequados para as atividades da organização e que os procedimentos sejam compreendidos e seguidos em todos os níveis.

Para além da periodicidade das revisões e atualizações previstas, os Diretores e outros responsáveis devem informar o CA, sempre que surjam riscos elevados ou novos que importe prevenir e propor, através da revisão anual do Plano, decorrente da avaliação resultante do respetivo Relatório Anual de Execução e sempre que se justifique, a adoção de novas medidas preventivas, a título de resposta para a ocorrência de riscos potencialmente emergentes, em termos de previsibilidade.

Atualização do Plano - O processo de revisão e atualização do PPRG será anual com base nas comunicações dos Diretores em relação a identificação de novos riscos e, bem assim, em sequência às recomendações propostas contidas no Relatório Anual de execução do PPRG, sempre que tal se revele necessário, tendo em conta o ciclo de gestão do risco.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A MARF, SA produz informação financeira para cumprimento das obrigações de informação à autoridade de supervisão. Nesse sentido, e tendo em conta o volume de informação em causa, toda a informação de gestão, tanto para uso interno como para divulgação, é preparada com base em sistemas informáticos, sujeitos a processos de melhoria contínuos.

A adequabilidade e qualidade da informação financeira divulgada, a qual é processada em sistemas de informação, são garantidas através dos controlos de IT implementados, da sua análise mensal por via da elaboração de relatórios de atividade onde se explicam e decompõem variações de saldos, e o acompanhamento trimestral prestado pelo Fiscal único. A informação é disponibilizada no SIRIEF

A análise e periodicidade da informação financeira divulgada apresenta uma periodicidade mensal ou trimestral, através de relatórios com a evolução dos principais indicadores económico-financeiros e execução orçamental, visando acompanhar e analisar a execução do orçamento, efetuar a avaliação do cumprimento dos objetivos e desvio face ao orçamento, permitindo controlar, justificar e avaliar periodicamente resultados e a atividade.

C. Regulamentos e Códigos

1. *Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação da hiperligação do sítio na internet da entidade onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta.*

A MARF, SA, participada maioritariamente pela SIMAB, SA, enquanto empresa integrada no Setor Empresarial do Estado, bem como os seus gestores e colaboradores são sujeitos ao cumprimento de determinadas orientações legais e das quais destacamos:

- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pela sua natureza societária de empresa de capitais públicos, está sujeita ao regime jurídico do Setor Empresarial do Estado, bem como os princípios de governo societário;

- Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, que aprova o novo Estatuto do Gestor Público, e que altera o Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, no que diz respeito a questões de remuneração, contratos de gestão e outros benefícios;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as últimas alterações decorrentes da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio e legislação complementar, que aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo;
- Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, relativo aos deveres especiais de informação;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 que aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas que tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas;
- Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, artigo 115.º, relativo ao princípio da unidade de tesouraria do Estado;
- Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, relativo à divulgação dos atrasos de pagamento a fornecedores;
- Lei n.º 12-A/2010, artigo 12.º, relativa à manutenção da aplicação da redução remuneratória;
- Lei n.º 75-B/2021, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2021;
- Decreto de Lei 84/2019 de 28 de junho (Decreto-lei de Execução Orçamental)
- Diversas orientações da tutela, nomeadamente instruções sobre a informação de prestação de contas anuais e intercalares.

No que diz respeito à atividade específica dos Mercados Abastecedores salienta-se ainda:

Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, o qual revogou integralmente o Decreto-Lei n.º 177/2008, de 26 de agosto, que define, para efeitos do referido Decreto-Lei, o "Mercado Abastecedor" como a área limitada e vedada que constitui uma unidade funcional composta pelo conjunto das instalações e infraestruturas que lhe estão afetas, atuando como entreposto comercial e integrando produtores e distribuidores, na qual se realiza a atividade de comércio por grosso de produtos alimentares, incluindo os mais perecíveis, e de produtos não alimentares e, ainda, atividades complementares; Este diploma revogou ainda a Portaria n.º 1111/2008 de 3 de outubro, estabelece no n.º 2, al. a) e d), do artigo 53º a obrigatoriedade da entidade gestora do mercado abastecedor de aprovar o seu Regulamento Interno (RI), fiscalizar e aplicar sanções previstas no mesmo. O RI estabelece as regras a que obedece o funcionamento geral de cada Mercado, quanto à sua organização e normas de funcionamento das diferentes instalações e infraestruturas que o compõem, bem como quanto a normas específicas de limpeza e remoção de resíduos, segurança interior, dias e horários de funcionamento, regras de circulação de veículos e sanções disciplinares. O RI aplica-se à universalidade que constitui o Mercado, submetendo-se às suas disposições todos os utentes que nele exercem qualquer tipo de atividade, a título permanente ou temporário e está disponível no site da MARF, SA www.marf.pt.

A MARF, SA possui ainda um conjunto de documentos internos que regulam a sua atividade, destacando-se:

- O Código de Ética, que visa estabelecer os objetivos gerais de caráter ético que o Grupo pretende alcançar e prosseguir interna e externamente, aceite por todos os colaboradores e publicado no site da MARF, SA²⁶;
- Plano de Prevenção de Riscos de Gestão onde se incluem os de riscos de corrupção e infrações conexas²⁷;
- Plano de Igualdade do Género²⁸;
- Regulamento Interno de Contratação Pública;
- O plano de emergência e respetivo plano de prevenção, que tem por objetivo definir a estrutura organizativa dos meios humanos e materiais existentes e estabelecer os procedimentos de

²⁶ <http://www.marf.pt/wp-content/uploads/2017/05/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-Grupo-SIMAB-2016.pdf>

²⁷ https://www.simab.pt/wp-content/uploads/2021/05/Plano_Prevencao_Riscos_Gestao.pdf

²⁸ <https://www.marf.pt/wp-content/uploads/2021/12/Plano-de-igualdade-MARF-14092021.pdf>

atuação em caso de emergência, por forma a garantir a salvaguarda das pessoas, do ambiente e do seu património.

A preparação das demonstrações financeiras da MARF, SA é efetuada conforme normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). As Demonstrações Financeiras da sociedade são auditadas por entidade externa, SROC, devidamente credenciada para o efeito, sendo alvo de relatórios trimestrais de acompanhamento.

2. ***Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade (vide artigo 47.º do RJSPE).***

A imagem e a identidade das Organizações resultam cada vez mais, para além do seu desempenho económico e financeiro, dos princípios, valores e comportamentos que assumem.

Neste enquadramento, o Conselho de Administração da SIMAB, SA entendeu por bem proceder à elaboração de um Código de Ética que reflita adequadamente os valores e as normas de conduta que o Grupo SIMAB, os seus responsáveis e demais trabalhadores devem prosseguir. Nesse sentido, produziu um documento alargado a todas as empresas do Grupo e expressamente aceite por todos os colaboradores. Em setembro de 2016, o Código de Ética foi revisto pelo atual Conselho de Administração, que manteve não só o mesmo conjunto de princípios e valores, sem seguir as NP 4460-1:2007 "Ética nas organizações Parte 1: Linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de códigos de ética nas organizações" e NP 4460-2:2010 "Ética nas organizações Parte 2: Guia de orientação para a elaboração, implementação e operacionalização de códigos de ética nas organizações", observando-se, no entanto, o disposto no art.º 47º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), como também se introduziram novas regras aplicáveis, de acordo com a entrada em vigor da RCM n.º 53/2016 de 21 de setembro.

O Código de Ética, em vigor, pode ser consultado no sítio da internet www.marf.pt, estando expresso, no mesmo, os valores e os princípios da organização, a sua reputação, a maneira de estar de quem a integra, sejam acionistas, administradores, colaboradores, fornecedores, clientes ou parceiros traduzindo-se, de forma sintética:

- Os órgãos de gestão devem garantir uma conduta criteriosa, bem como assegurar medidas de fiscalização que permitam desenvolver a estratégia delineada, proteger o património e a imagem da respetiva empresa e do Grupo. Devem atender a regras éticas, designadamente garantindo a sua transparência, imparcialidade, probidade, integridade e honestidade, respeito interinstitucional e confidencialidade.
- A relação com os clientes deve passar pelo respeito dos seus direitos e pela procura das soluções que satisfaçam as suas necessidades, primando pelo diálogo, explicação e reparação.
- A contratação deve basear-se em critérios de necessidade, economicidade, eficácia e eficiência. Deve ser suportada tecnicamente, ser objetiva e formal. Todas as aquisições de produtos, bens e serviços devem respeitar a legislação aplicável.
- A relação com os fornecedores ou prestadores de serviços deve privilegiar a observância do princípio da boa-fé, a promoção de negociações honestas e justas, sem auferir vantagens indevidas por meio de manipulação, uso de informação privilegiada e outras condutas ética ou legalmente reprováveis.
- A empresa deverá assegurar aos colaboradores boas condições de trabalho, a segurança e saúde no trabalho, oportunidades de formação que desenvolvam competências e capacidades reais e ocultas, a tolerância ao erro, a comunicação vertical e transversal entre colaboradores e chefias, o direito à privacidade, medidas de combate à discriminação, ao preconceito e ao exercício abusivo de poder hierárquico.
- Os colaboradores deverão respeitar a estrutura hierárquica e as atribuições funcionais estabelecidas para a sua função, evitar situações de ofensa, difamação, violência verbal ou física, repressão, intimidação, etc., recusar qualquer ofertas que possa ser considerada ou interpretada como tentativa

de influenciar o seu comportamento, não exercer outra atividade profissional que interfira com a atividade por si desempenhada na empresa, não utilizar, a não ser de forma limitada, ocasional e autorizada, recursos da empresa para vantagem pessoal, negar e denunciar qualquer situação de fraude, não usar informação a que tenha acesso relativa à empresa, para fins pessoais, para prejudicar determinada pessoa ou para denegrir a imagem da própria empresa.

O Código de Ética encontra-se disponível no site institucional da MARF, SA²⁹ www.marf.pt.

3.Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), com a data da última atualização, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor, relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da entidade onde se encontra publicitado o respetivo Relatório Anual de Execução do PGRCIC (vide artigo 46.º do RJSPE).

Em cumprimento da Recomendação n.º 1/2009³⁰ o Conselho de Administração SIMAB, SA, aprovou em 2019-02-20, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflitos de Interesses a aplicar em todo o Grupo SIMAB.

Decorrente da experiência obtida na sua implementação o Conselho de Administração da SIMAB decidiu encetar um processo de atualização e expansão desse plano. Consequentemente, adotou uma definição de política de risco da empresa³¹, onde a política antifraude e, consequentemente, o controlo sobre o risco de corrupção e infrações conexas e bem assim, o elenco das medidas de mitigação e dos níveis de risco considerados aceitáveis (definição de apetite ao risco) constituem-se como pedra de toque no enquadramento estratégico para atingir os seus objetivos.

O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (PPRG), aprovado em 2021³², tem como objetivo promover a transparência nos processos e procedimentos que integra o funcionamento institucional da empresa, e elucidar a estrutura organizacional da entidade sobre a natureza, o nível, o impacto e a probabilidade de ocorrência de riscos de gestão, associados, recorrentemente, ao respetivo funcionamento institucional e suscetíveis de se tornarem objeto de medidas preventivas, cuja adequação à natureza e nível de risco, garante a diminuição da probabilidade da sua ocorrência e, naturalmente, a dimensão do seu impacto, concorrendo para a obtenção e cumprimento dos objetivos da organização.

O PPRG fornece indicações sobre a prevenção de riscos de gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, identifica os critérios de risco adotados, e define as funções e responsabilidades dos intervenientes na gestão e coordenação das atividades da SIMAB, em articulação e continuidade com as medidas de prevenção de riscos contempladas no anterior Plano e já observadas, pelo que o presente Plano constitui um aprofundamento e sistematização das mesmas, contribuindo assim para a sua melhor interiorização e aplicação.

Este Plano foi adotado por todas as empresas do Grupo SIMAB, sob recomendação da SIMAB, SA e encontra-se disponível no site institucional³³.

O Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflitos de Interesses, relativo ao exercício de 2021, disponível no site³⁴ da MARF, SA, foi aprovado na reunião de Conselho de Administração de 10 de março de 2022 da MARF, SA.

²⁹ <http://www.marf.pt/wp-content/uploads/2017/05/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-Grupo-SIMAB-2016.pdf>

³⁰ Publicada no DR, 2.ª série, n.º 140, de 22 de julho de 2009.

³¹ Aprovado em reunião do CA SIMAB de 26 de fevereiro de 2021

³² Aprovado em reunião do CA SIMAB de 27 de abril de 2021

³³ https://www.simab.pt/wp-content/uploads/2021/05/Plano_Prevencao_Riscos_Gestao.pdf

³⁴ https://www.marf.pt/wp-content/uploads/2022/03/GrupoSIMAB_RelatorioExecucaoAnual_PGRCIC_2021.pdf

✓
PB
P

D. Deveres especiais de informação

1. *Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE), a saber:*
 - a) *Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;*
 - b) *Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;*
 - c) *Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;*
 - d) *Orçamento anual e plurianual;*
 - e) *Documentos anuais de prestação de contas;*
 - f) *Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.*

Informação	Divulgação (s/n/na)	Plataforma
Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	s	SIRIEF
Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar	s	Site da MARF, S.A. (Relatório do Governo Societário)
Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	s	SIRIEF
Orçamento anual e plurianual	s	SIRIEF
Documentos anuais de prestação de contas	s	SIRIEF
Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	n	Site da MARF, S.A.

2. *Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE).*

A MARF, SA presta informação no seu sítio da internet (<http://www.marf.pt>), e disponibiliza-a sempre que solicitado pelos acionistas.

Disponibiliza-a igualmente na plataforma do SIRIEF (<http://sirief.dgtf.pt>). Para além desta informação, a MARF, SA reporta periodicamente ou sempre que solicitado, informação ao Banco de Portugal, Instituto Nacional de Estatística (INE), Tribunal de Contas, ao Instituto de Gestão de Crédito Público) e ao SIOE (Sistema de Informação da Organização do Estado).

✓
RF
B

E. Sítio na Internet

1. *Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s)³⁵ na divulgação dos seguintes elementos sobre a entidade (vide artigo 53.º do RJSPE):*

a) *Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;*

<http://www.marf.pt/omarf/>

b) *Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;*

<http://www.marf.pt/governo-da-sociedade-2/>

c) *Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;*

<http://www.marf.pt/orqaos-sociais-2/>

d) *Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;*

<http://www.marf.pt/informacao-financeira/>

e) *Obrigações de serviço público a que a entidade está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;*

Não aplicável, uma vez que a MARF, SA não é uma entidade prestadora de serviço público.

f) *Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.*

As principais fontes de financiamento da MARF, SA respeitam a autofinanciamento, prestações acessórias de capital da empresa-mãe (SIMAB, SA) e financiamento bancário contraído junto da Banca Comercial e do Banco Europeu de Investimento, tendo este último findado em junho/2021.

Nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, em novembro de 2014, a SIMAB, SA e as suas participadas obtiveram despacho³⁶ favorável ao pedido de exceção deste regime, autorizando assim o acesso a financiamento junto de instituições de crédito, quer através da contratação de novos financiamentos, quer através da cessão de posição contratual em contratos de financiamento vigentes entre empresas do Grupo SIMAB, quer ainda em situações de renovação ou prorrogação de financiamentos.

A MARF, SA, não recebeu quaisquer apoios financeiros do Estado nos últimos três exercícios.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. *Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE).*

A MARF, SA prossegue um fim de interesse público, consagrado especificamente no Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro, não sendo, contudo, um serviço público. O enquadramento da sua atividade e o interesse público referido encontra-se circunscrito por esse normativo, designadamente no n.º 3, do artigo 50.º, onde estabelece que os mercados abastecedores desempenham funções que contribuem, por

³⁵ A informação deve incluir a indicação da "hiperligação" correspondente.

³⁶ Despacho n.º 2318/2014 – SET

um lado, para a melhoria da eficácia dos circuitos de comercialização e para que o abastecimento se realize nas melhores condições de concorrência, higiene, segurança e qualidade e, por outro, para o escoamento da produção agrícola e para a correta organização das atividades comerciais.

Handwritten signature and initials.

2. **Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE)³⁷, das quais deverão constar os seguintes elementos: Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis; Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento; Critérios de avaliação e revisão contratuais; Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes; Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício; Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes. A entidade deve apresentar evidência³⁸ do seguinte:**

- a) *que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;*
- b) *que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e*
- c) *que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.*

Não aplicável à MARF, SA, uma vez que não tem contratualizado quaisquer prestações de serviço público.

VII Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. **Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da entidade.**

As remunerações dos membros dos órgãos sociais são fixadas pela Assembleia Geral ou por uma comissão de acionistas por ela designada. A política remuneratória vigente para o mandato em funções no exercício de 2021 foi definida em Assembleia Geral de 30 de março de 2021. Foi nesta Assembleia Geral definido o valor debitado pela SIMAB, SA, pelo desempenho de cargos sociais (DCS), relativamente ao Presidente do Conselho de Administração e aos dois Vogais executivos.

Os membros do Conselho de Administração da Empresa não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela Empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente pela SIMAB, SA à MARF, SA.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral
Remuneração dos membros da comissão executiva	Não aplicável
Remuneração do ROC	Assembleia Geral
Remuneração dos Dirigentes	Não aplicável

2. **Identificação dos mecanismos³⁹ adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do RJSPE).**

Os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento dos deveres de abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam as correspondentes normas

³⁷ Caso não tenha contrato celebrado ou, tendo, caso haja apresentado nova proposta.

³⁸ A evidência solicitada poderá consistir em declaração, no próprio RGS, que foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.

³⁹ Mecanismos diversos dos inerentes à evidência ou menção a que se refere o ponto 3, seguinte.

no exercício das suas funções, tendo efetuado a declaração, prevista no artigo 22.º, n.º 9, do Estatuto do Gestor Público, à Inspeção-Geral de Finanças, relativa às participações e interesses patrimoniais detidos, direta ou indiretamente, pelos próprios.

Os membros do Conselho de Administração cumprem, ainda, todas as disposições legais e regulamentares decorrentes do exercício dos respetivos cargos e dos cargos que porventura exerçam em acumulação, e prestam as declarações correspondentes, designadamente perante o Tribunal Constitucional, a Procuradoria-Geral da República e o acionista.

3. ***Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.***

As declarações dos membros do Conselho de Administração que atestam o referido no ponto 2., encontram-se anexas ao presente documento [Vide anexo II].

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

A estrutura orgânica da MARF, SA não contempla uma comissão de fixação de remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

1. ***Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.***

Os membros do Conselho de Administração representantes da SIMAB, SA no órgão de gestão, não auferem diretamente da MARF, SA qualquer remuneração na esfera pessoal, conforme artigo 31º do Estatuto do Gestor Público. No entanto o desempenho de cargos sociais é debitado pela SIMAB, SA à MARF, SA.

As remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização são fixadas em Assembleia Geral, conforme referido no Ponto VII - A, n.º 1.

2. ***Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da entidade.***

As remunerações dos órgãos de administração são fixadas em Assembleia Geral, tal como referido no Ponto VII - C, n.º 1.

3. ***Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.***

Não aplicável porquanto os membros do Conselho de Administração representantes da SIMAB, SA no órgão de gestão, não auferem diretamente da MARF, SA qualquer remuneração na esfera pessoal, conforme artigo 31º do Estatuto do Gestor Público. Não foram celebrados Contratos de Gestão entre os membros do Conselho de Administração da MARF, SA e os seus acionistas.

4. ***Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.***

Não aplicável porquanto os membros do Conselho de Administração representantes da SIMAB, SA no órgão de gestão, não auferem diretamente da MARF, SA qualquer remuneração na esfera pessoal, conforme artigo 31.º do Estatuto do Gestor Público. Não foram celebrados Contratos de Gestão entre os membros do Conselho de Administração da MARF, SA e os seus acionistas.

Handwritten signature and initials

5. Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.

Não aplicável porquanto os membros do Conselho de Administração representantes da SIMAB, SA no órgão de gestão, não auferem diretamente da MARF, SA qualquer remuneração na esfera pessoal, conforme artigo 31.º do Estatuto do Gestor Público. Não foram celebrados Contratos de Gestão entre os membros do Conselho de Administração da MARF, SA e os seus acionistas.

6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Não existe qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada que abranja os membros dos órgãos da administração.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação. A apresentar segundo os formatos seguintes:

Conforme referido (Ponto VII - A), os membros executivos do Conselho de Administração nomeados pela SIMAB, SA não auferem diretamente qualquer remuneração, na medida em que o Desempenho de Cargos Sociais é debitado pela SIMAB, SA à MARF, SA e no vogal executivo nomeado pela Câmara de Faro, o não pagamento das remunerações tem em consideração as limitações decorrentes de incompatibilidades previstas no Estatuto do Gestor Público ou outras consignadas na lei aplicável.

O Estatuto Remuneratório fixado em Assembleia Geral de 30/03/2021, para os órgãos de administração da MARF, SA, à data de 31/12/2021 é o seguinte:

- Presidente do Conselho de Administração nomeado pela SIMAB, SA: vencimento - 14 meses, Euro 690;
- Vogal do Conselho de Administração, nomeado pela SIMAB, SA: vencimento - 14 meses, Euro 565;
- Vogal do Conselho de Administração, nomeado pela Câmara de Faro: vencimento - 14 meses, Euro 565.

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas Representação
Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo	S	C ⁽¹⁾	0,00	n.a
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho	S	C ⁽¹⁾	0,00	n.a
Adriano João Leal Cardoso Guerra	S	n.a. ⁽²⁾	565,00	n.a
Jorge Proença dos Reis	S	C ⁽¹⁾	0,00	n.a
Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva	S	C ⁽¹⁾	0,00	n.a
Adriano João Leal Cardoso Guerra	S	n.a. ⁽²⁾	565,00	n.a

(1) Classificação atribuída na holding (SIMAB)

(2) Vogal executivo representante do Município de Faro (não auferir)

Nota: EGP - Estatuto do Gestor público

Em 2021, não foram processadas quaisquer remunerações ao vogal não executivo Adriano João Leal Cardoso Guerra.

2. Indicação dos montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Conforme referido (Ponto VII - A), os membros executivos do Conselho de Administração da Empresa não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente pela SIMAB, SA à MARF, SA.

Na SIMAB, SA (empresa-mãe da MARF, SA) auferem a seguinte remuneração:

Nome	Remuneração Anual 2021 (€)					
	Fixa* (1)	Variável (2)	Bruta (3) = (1) + (2)	Redução Remuneratória (4)	Reverenda Remuneratória (5)	Valor Final (6) = (3) - (4) + (5)
Jorge Proença dos Reis	86 070,21	0,00	86 070,16	4 303,51	0,00	81 766,65
Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva	68 856,06	0,00	68 856,13	3 442,80	0,00	65 413,32
			154 926,29	7 746,31	0,00	147 179,97

* Inclui a remuneração + despesas de representação

3. Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

Não foram pagas quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

4. Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Em 2021, não foram pagas quaisquer indemnizações a ex-administradores por cessação de funções.

5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

[Vide Ponto V.E, n.º 3]

6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.

Em 2021, não foram processadas senhas de presença aos membros da mesa da Assembleia Geral.

VIII Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas⁴⁰ e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

As transações mais relevantes com partes relacionadas apuram-se essencialmente com a empresa-mãe, SIMAB, SA, associada à representação maioritária no Conselho de Administração, que configura globalmente o exercício de uma gestão de Grupo, integrada e como tal geradora de sinergias que otimizam as valências técnicas das participadas, com racionalização de gastos por meio de recurso aos quadros internos do Grupo e evitando o recurso a serviços externos.

As transações e a sua natureza resumem-se às seguintes:

- Fee's de gestão cobrados pela SIMAB, SA, por serviços corporativos;

⁴⁰ Para efeitos do conceito de parte relacionada tenha-se em conta o que se encontra definido na NCRF 5 (Norma contabilística e de relato financeiro 5. Divulgações de Partes Relacionadas), e também no n.º 4 do artigo 63.º do CIRC (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas).

- Paralelamente, e numa ótica de otimização de recursos existentes nas duas sociedades, a MARF, SA, através do diretor do mercado, presta serviços à SIMAB, SA, por força da estratégia de realocação de recursos humanos do grupo;
- São realizadas operações de financiamento da SIMAB, SA à MARF, SA sob a forma de suprimentos, que vencem juros e demais encargos financeiros;
- São fornecidos serviços pela Câmara Municipal do Faro, enquanto fornecedor de tarifas, taxas de licenciamentos, eventualmente necessários no decorrer da atividade da MARF, SA;

Todas as transações apresentadas encontram-se formalizadas por Contrato de Gestão, Contratos de Prestações Acessórias de Capital ou deliberação do Conselho de Administração.

Para efeitos de controlo, todas as transações com partes relacionadas são devidamente registadas por módulo específico do sistema integrado de informação (ERP).

Os saldos e as referidas transações com resumo em 2021, da seguinte forma:

un: Euro

Descrição	31/12/2021						
	Serviços obtidos	Desempenho cargo social	Juros devedores	Contas correntes a pagar *	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas correntes a receber *
SIMAB – Soc. Inst. Merc. Abastecedores, S.A.	37 069,4	17 569,9	8 188,5	14 295,4	0,0	6 180,0	633,5
Total	37 069,4	17 569,9	8 188,5	14 295,4	0,0	6 180,0	633,5

* Valores com IVA incluído

un: Euro

Descrição	31/12/2020		
	Saldo em 01-01-2020	Aumentos/ diminuições	Saldo em 31-12-2020
SIMAB – Soc. Inst. Merc. Abastecedores, S.A.	976 501,5	109 000,0	1 085 501,5
Total	976 501,5	109 000,0	1 085 501,5

Os saldos e as transações efetuadas com Empresas consideradas partes relacionadas, são os seguintes:

un: Euro

Descrição	31/12/2021							
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotizações	Juros pagos	Contas a pagar correntes	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes
Associação 5 ao Dia	0,0	0,0	1 500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
MARE- Mercado Abastecedor da Região de Évora, SA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22 452,0	0,0
Total	0,0	0,0	1 500,0	0,0	0,0	0,0	22 452,0	0,0

(*) Valores c/ IVA incluído

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

A MARF, SA, tal como qualquer das sociedades do Grupo SIMAB, segue os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria, designadamente no que respeita às normas de contratação pública⁴¹ consagradas no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, pelas alterações decorrentes da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio e demais diplomas que o atualizaram.

Por forma a mitigar o risco do não cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP), alinhado com recomendação do CPC (Conselho de Prevenção da Corrupção)⁴² em incrementar mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação de bens e serviços, apesar das práticas já existentes conducentes ao seu cumprimento, a SIMAB aprovou, em 2021, um Regulamento de Controlo Interno de Contratação Pública, que pretende constituir

⁴¹ Nos termos do art.º 2.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos

⁴² Designadamente Recomendação n.º 4/2020, de 2 de outubro de 2020, do CPC

um conjunto de regras e princípios definidores de métodos e procedimentos aplicáveis à contratação pública, no âmbito da celebração de contratos de aquisição de bens e serviços e empreitadas, desde a fase pré-contratual, decisão de contratar/autorização de despesa, até à publicitação no portal da contratação pública, adotado pelas suas participadas, entre as quais a MARF, SA.

De forma resumida apresentam-se as atividades/fases englobadas no referido Regulamento Interno e a intervenção das respetivas áreas responsáveis:

Ref	Atividade	Área Responsável	Descrição
1	Informação de Necessidade	DR	DR descreve e fundamenta a necessidade, enquadrando a aquisição, o objeto, o valor provisional, o prazo de duração, o tipo de procedimento, as entidades que pretende convidar e a proposta de júri, quando aplicável
2	Cabimentação	DF	DF procede ao registo do Cabimento Orçamental e solicita as autorizações prévias necessárias, quando aplicável
3	Controlo Interno	DC	DC analisa a Informação de Necessidade, confere as soluções jurídicas adotadas e solicita os pareceres necessários (Ficha de Verificação I)
4	Peças do Procedimento	DR	DR, na sequência dos pareceres positivos, elabora o convite/procedimento e o caderno de encargos e elabora proposta ao órgão competente para a decisão de contratar
5	Controlo Interno	DC	DC verifica o teor do convite, caderno de encargos e proposta ao órgão competente para contratar (Ficha de verificação II)
6	Decisão de Contratar	CA/CE	Órgão competente para a decisão de contratar delibera sobre a proposta da DR que inclui a Informação de Necessidade, a cabimentação, os pareceres, a designação do júri quando aplicável e as peças do procedimento
7	Publicitação Procedimento (Convites; Anúncio)	DC	DC procede ao envio dos Convites, através de endereço de correio eletrónico dedicado (mailbox contratacao) ou à submissão do anúncio e disponibilização do procedimento na plataforma de contratação pública
8	Prazo para apresentar proposta	DC	Técnico responsável pela Caixa de Correio/Plataforma Contratação pública verifica se, no prazo definido, os convidados/Interessados apresentaram pedido de esclarecimento e/ou de retificação de peças ou correção de erros ou omissões
9		DR/Júri	Júri analisa os pedidos e DR elabora informação, que remete ao órgão competente para contratar, para sua deliberação, quando aplicável. Caso haja respostas, o Técnico Responsável pela Caixa de Correio ou plataforma disponibiliza-as aos Convidados/Interessados
10	Lista de Concorrentes	Júri	Júri inicia a análise das propostas, elaborando a lista de concorrentes, a qual é publicada na plataforma ou notificada por correio eletrónico a todos os convidados
11	Avaliação	Júri	Júri avalia as propostas de acordo com o critério de avaliação definido, podendo pedir esclarecimentos às entidades convidadas
12	Relatório Preliminar	Júri	Depois da avaliação, o Júri elabora o Relatório no qual indica a proposta que classificou em primeiro lugar e submete-o a audiência prévia
13	Relatório Final	Júri	Júri analisa as pronúncias em sede de Audiência prévia e caso haja alteração da ordenação submete o novo Relatório a nova audiência prévia. Caso contrário, elabora o Relatório Final propondo a adjudicação ao concorrente cuja proposta esteja ordenada em 1.º lugar
14	Proposta de Adjudicação	DR	De acordo com o Relatório elaborado pelo Júri do procedimento, DR elabora proposta de adjudicação, com Informação, Minuta do Contrato e minuta de ofício de notificação da adjudicação
15	Cabimentação	DF	DF procede à correção do valor previamente cabimentado de acordo com o valor a adjudicar
16	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação da proposta de adjudicação Ficha de Verificação III
17	Aprovação de Adjudicação	CA/CE	Órgão competente para contratar delibera sobre o Relatório Final e minuta do contrato e delibera pela adjudicação ou não adjudicação
18	Notificação ao Adjudicatário	DC	DC procede ao envio da notificação da adjudicação, apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução, se devida e minuta de contrato, através de endereço de correio eletrónico dedicado (mailbox contratacao) ou submissão na plataforma de contratação pública.
19	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação do procedimento de habilitação Ficha de Verificação IV
20	Assinatura do contrato	CA/CE	No prazo de 30 dias contados a partir da aceitação da minuta.
21	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação e auditoria do procedimento (Ficha de Verificação Final) e à publicitação do Contrato no Portal BASE

Legendas/Siglas:

DR Direção Requisitante

DC Direção Compliance

DF Direção Financeira

CA/CE Conselho de Administração/Comissão Executiva

[Handwritten signature]

Com a implementação deste regulamento pretende-se:

- i. Reforçar os procedimentos relativos às aquisições de bens e serviços e nas empreitadas, já instituídos, promovendo o rigor e a responsabilidade individual de cada interveniente nos processos de aquisição;
- ii. Maior exigência na fundamentação e rigor, nos documentos de suporte à decisão de contratar;
- iii. Reforçar os mecanismos de controlo interno, com o recurso à segregação de funções, sempre que possível dada a dimensão das empresas;
- iv. Cumprimento do normativo, designadamente da publicitação no portal da contratação pública (Portal Base), nos termos do Art.º 127.º do Código dos Contratos Públicos, por forma a garantir a transparência nos procedimentos.

b) *Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;*

As transações ocorrem, na sua generalidade, em condições de mercado.

Durante o ano de 2021, relativamente aos processos de aquisição, sujeitos à Parte II do Código dos Contratos Públicos e expurgados os ajustes diretos simplificados, que não careceram de tramitação processual de contratação pública, 86%, do valor total dos preços contratualizados, foram transacionados em condições concorrenciais, através de concurso público e 13% através de consulta prévia.

Apenas 1%, um único procedimento, foi efetuado por ajuste direto a uma entidade, por ser muito específico da atividade.

c) *Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).*

Na MARF, SA não existem transações com fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação⁴³:

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

A sustentabilidade da MARF, SA, integrada no Grupo SIMAB é parte integrante da sua estratégia, que por sua vez se encontra alinhada com as orientações estratégicas definidas para o Grupo SIMAB. As orientações dirigidas pelo Estado ao Conselho de Administração da SIMAB, S.A, são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARF, SA.

Neste contexto, os objetivos definidos para a MARF, SA, para 2021, e o grau de cumprimento dos mesmos são apresentados no ponto II deste relatório – Missão, objetivos e políticas.

Dando cumprimento às orientações estratégicas específicas dirigidas aos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023, concluído o ciclo relativo ao Plano Estratégico precedente, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade.

De um modo geral, no próximo quinquénio, a atividade será norteadada pelos seguintes eixos estratégicos:

- Crescer e diversificar na oferta;
- Modernizar ativos;
- Reforçar a eficiência e processos;

⁴³ Querendo, a entidade poderá incluir síntese ou extrato(s) do seu Relatório de Sustentabilidade que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação, implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

- Reforçar a atuação dos recursos humanos; e,
- Contribuir para a prossecução de políticas públicas.

As empresas que integram o Grupo SIMAB têm uma missão pública que visa a melhoria dos circuitos de comercialização e distribuição nacionais de produtos agroalimentares, e também possibilitar às gerações vindouras uma mais-valia no seu universo de consumo, por via de uma oferta que se caracterizará, indubitavelmente, por um acréscimo da qualidade e diversidade alimentar. Atuam diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar em mercados abastecedores e mercados municipais.

A Visão de referência da MARF, SA, está alinhada com a visão do Grupo: "ser uma empresa líder no setor enquanto primeira escolha pela qualidade dos serviços e valor entregue aos seus clientes, suportado num modelo de atuação sustentável e reconhecido pela eficiência na gestão dos seus ativos."

Os principais valores da MARF, SA traduzem-se em:

- Resiliência - Porque vivemos tempos desafiantes caracterizados pela escassez de recursos, pela turbulência do presente, pela incerteza do futuro e pela complexidade do ambiente em que operamos.
- Eficiência - Porque os recursos são escassos e importa garantir a otimização do esforço financeiro do Estado.
- Compromisso - Porque precisamos de estar comprometidos com a nossa missão e os resultados que pretendemos alcançar.

A cultura organizacional não se esgota nos três valores apresentados. Em todos os momentos, os colaboradores do Grupo SIMAB devem assumir uma atitude diária capaz de garantir uma gestão inovadora, transparência em todos os processos e uma cultura de responsabilidade social e ambiental.

Sendo 2021 o ano de avaliação do cumprimento do plano estratégico 2017-2021, recordando-se os seus objetivos estratégicos:

Objetivos estratégicos (Plano Estratégico 2017/2021)

1. Crescer sustentavelmente e criar valor ✓ Otimização operacional e financeira ✓ Consolidar novo modelo de gestão ✓ Modernizar e revitalizar estruturas ✓ Aumentar a qualidade dos serviços internos ✓ Alargar a base de serviços internos complementares ✓ Monitorização e racionalização de consumos ✓ Rentabilizar ativos não estratégicos ✓ Parcerias com autarquias e outras entidades ✓ Modernizar os sistemas de informação	2. Reposicionar e alargar a atividade da SIMAB na logística e distribuição moderna ✓ Desenvolvimento dos mercados abastecedores como polos logísticos de apoio à distribuição ✓ Novos polos/negócios 3. Desenvolver a área de prestação de serviços a nível nacional e internacional ✓ Prestação de Serviços a mercados abastecedores e municipais fora da rede ✓ Visitas institucionais para captação de prestação de serviços a nível internacional ✓ Parcerias estratégicas especializadas ✓ Criar a SIMAB Academia ✓ Implementação de um sistema de gestão da qualidade
4. Afirmar a imagem do grupo ✓ Definir a Estratégia de comunicação ✓ Eventos de divulgação ✓ Envolver stakeholders ✓ Participação em redes de conhecimento nacionais e internacionais ✓ Criação da SIMAB Lab ✓ SIMAB Be Inspired ✓ Integrar plataformas de decisão dos setores presentes nos mercados abastecedores.	5. Assegurar a valorização dos recursos humanos ✓ Adequar as competências dos recursos humanos aos novos desafios ✓ Ajustar os recursos humanos às necessidades organizacionais ✓ Potenciar a troca de experiências ✓ Redesenhar o modelo de avaliação de desempenho ✓ Política de contratação e mapeamento de skills

Relativamente à sustentabilidade da MARF, SA, nos domínios económico, social e ambiental, às metas estabelecidas no Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2021 e o seu grau de cumprimento na execução anual, apresenta-se a seguinte matriz de monitorização de alguns dos principais indicadores:

Domínio	OBJETIVO	INDICADORES	2020	2021	Δ 21/2020	Δ 21/2020
Económico	Potenciar espaços comerciais existentes	EBITDA (m€)	1.211,1	1.059,7	-151	-13%
	Racionalização de recursos	(FSE's + GC/P)/VN	32,3%	35,8%	×	3,5%
	Redução Prazo Médio de Pagamentos	PMP (Fornecedores)	33	57	×	+ 24 dias
	(RGC - Cumprimento Orientações Legais)	Divida / Capital Próprio	17,1%	18,1%	×	1,0%
	Redução Endividamento	Divida Financeira (m€)	2.151,2	2.255,3	104	5%
Ambiental	Aumento Rentabilidade Acionista	EBIT / Capital Próprio	6,80%	6,20%	×	-0,6%
	Redução Consumo de Água	Consumo excluindo redébitos aos Operadores (m³)	2.772,3	2.611,9	-160	✓ -6%
		Indicador Eficiência Água-Vol Neg (m³/m€)	1,6	1,6	0,0	×
	Redução Consumo de Energia	Consumo excluindo redébitos aos Operadores (kWh)	348.485	291.250	-57.235	✓ -16%
	(RGC - Eficiência de Recursos e Responsabilidade Ambiental)	Emissões internas de CO2 (ton CO2 / Ano)	66,8	55,8	-11	✓ -16%
Social	Aumento da Reciclagem/Recuperação Resíduos	Indicador Eficiência Energia-Vol Neg (kWh/m€)	202,2	183,5	-19	✓ -9%
		Resíduos Recicláveis: (ton)	29	20	-10	×
		Total Resíduos Produzidos: (ton)	260	395	134	×
		Tx de Reciclagem/Recuperação	11%	5%	×	-6,3%
		Indicador Eficiência Recicláveis-Vol Neg (ton/m€)	0,02	0,01	×	-0,5%
(RGC - Recursos Humanos)	Promoção da Alimentação Saudável	N.º Crianças participantes das Ações Associação 5 ao Dia	-	-	-	Eventos Externos - Suspensão das ações (Covid-19)
	Colaborar no combate à Pobreza e ao Desperdício Alimentar	Alimentos recolhidos nas campanhas junto dos Operadores MARF (ton)	46,4	61,0	15	✓ 31%
	Valorização RH	N.º Horas de Formação	115	92	-23	×
	(RGC - Responsabilidade Social)	Rácio Peso Género (N.º Mulheres/N.º Total Colaboradores)	60%	60%	✓	-20%
	Igualdade do Género	Rácio da retribuição total mensal média (M/H)	52%	52%	✓	

A generalidade destes indicadores, as variáveis que os compõem e outras atividades, de difícil mensuração, desencadeadas ao longo de 2021, são explicados nas respetivas temáticas, no Relatório de Gestão e Contas, incluindo no Cumprimento das Orientações Legais, bem como ao longo deste Relatório do Governo Societário, em particular nos pontos seguintes.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

Para a MARF, SA a sustentabilidade é entendida como uma integração de preocupações sociais, ambientais e económicas, adotando princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial, assentes nos seguintes domínios:

Responsabilidade Social

- Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e não discriminação;
- Gestão adequada do capital humano, com promoção da valorização individual dos recursos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores;
- Adoção de práticas ambientalmente corretas.

Desenvolvimento sustentável

- Criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades);
- Promoção da proteção ambiental.

Numa perspetiva orientada para o cliente e em ordem a consolidar e reforçar a cultura empresarial, a MARF, SA baseia as suas políticas de qualidade, ambiental e responsabilidade social num conjunto de diretrizes e princípios, que constituem orientações para a sua atuação e que a seguir se descrevem:

- (i) Compreender os requisitos dos clientes;
- (ii) Assegurar os resultados dos contratos e a total satisfação dos clientes, compreendendo os pilares da sustentabilidade da organização;
- (iii) Providenciar as condições adequadas para o desenvolvimento de competências, o enriquecimento de conhecimentos e a satisfação pessoal dos colaboradores, tendo em vista um desempenho eficaz e eficiente;
- (iv) Promover o trabalho em equipa e a interligação entre as diferentes áreas da empresa, do modo a criar um ambiente de trabalho que favoreça uma participação pró-ativa nos projetos;
- (v) Estabelecer uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas em assuntos associados à sua atividade;
- (vi) Fomentar uma estreita relação com fornecedores e clientes, procurando um permanente relacionamento de efetiva parceria e promovendo a melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- (vii) Garantir a melhoria do nível de desempenho, através do aumento contínuo da produtividade na execução dos processos;
- (viii) Promover uma gestão ambiental eficiente, avaliando os impactes ambientais e procurando minimizar os efeitos ambientais resultantes das suas atividades através da utilização sustentável dos recursos;
- (ix) Cumprir todos os requisitos legais e demais legislações aplicáveis à sua atividade, pautando por uma conduta empresarial ética e responsável, incluindo a referente aos aspetos ambientais;
- (x) Envolver os colaboradores, os clientes, os fornecedores e os parceiros na adoção de uma conduta ambiental que assuma os princípios de defesa e proteção do meio ambiente;
- (xi) Reforçar as dimensões sociais, ambientais e as práticas de cidadania empresarial no quadro da responsabilidade social.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

- a) *Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSPE);*

Apesar de formalmente a MARF, SA não prestar um serviço público, prossegue um fim de interesse público, consagrado especificamente na lei⁴⁴. A definição das suas políticas internas, no enquadramento da sua atividade, tem como base esse interesse público circunscrito por aquele normativo⁴⁵, onde estabelece que os mercados abastecedores desempenham funções que contribuem, por um lado, para a melhoria da eficácia dos circuitos de comercialização e para que o abastecimento se realize nas melhores condições de concorrência, higiene, segurança e qualidade e, por outro, para o escoamento da produção agrícola e para a correta organização das atividades comerciais.

Enquanto atuante ativo nos referidos circuitos de comercialização, cria impacto na sociedade e no ambiente, e como tal, tenta empenhar-se numa gestão adequada dos seus recursos e no bom funcionamento de áreas fundamentais à proteção dos consumidores, designadamente, a limpeza e recolha de resíduos sólidos, a vigilância e segurança de pessoas e bens, a cobertura do risco da atividade operacional e todas as outras prestações de serviços complementares às atividades do Mercado de forma a garantir uma melhor qualidade do serviço prestado.

O sentido da responsabilidade social é incentivado pela MARF, SA, através de atitude e comportamento empresarial ético e responsável.

Preconizando uma política de Responsabilidade Social, a MARF, SA participa em ações de carácter social, mantendo a colaboração ativa em diversas ações e programas:

- **Programa 5 ao Dia**, cujo objetivo é a promoção do consumo diário de, pelo menos, 5 porções de frutas e/ou legumes, junto de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, potenciando uma alimentação saudável e promovendo a alteração de hábitos alimentares com vista à condução de estilos

⁴⁴ Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de Janeiro

⁴⁵ n.º 3, do artigo 50.º, DL N.º 10/2015, de 16 de Janeiro

[Handwritten signature]

de vida saudáveis, contribuindo para a prevenção de diversas doenças crónicas, hoje existentes, associadas à alimentação, nomeadamente a obesidade. Este Programa, que é desenvolvido em diversos Mercados Abastecedores do País, é dinamizado na região mais a Sul pelo MARF e no seu âmbito foram estabelecidas parcerias com os Municípios de Faro, Loulé, Olhão e S. Brás de Alportel, Universidade do Algarve e Escola de Educação do Algarve;

- **Banco Alimentar contra a fome (BACF)** - Delegação do Algarve, na promoção e recolha de produtos hortofrutícolas frescos junto de operadores e clientes deste Mercado Abastecedor, o que permitiu enriquecer do ponto de vista nutricional os cabazes entregues às famílias carenciadas deste distrito, tendo sido recolhidas 61 toneladas.

- b) *Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSPE);*

A MARF, SA, alinhada com a política do Grupo tem investido, nos últimos anos, nas temáticas relativas à eficiência dos recursos nesta área, designadamente na eficiência energética, com projeto de substituição da iluminação existente (fluorescente e vapor de sódio) por tecnologia "led", com "upgrade" da gestão técnica centralizada, bem como a eficiência na utilização do recurso água, com a colocação de equipamentos de medição nos entrepostos.

Em complemento aos investimentos realizados e numa vertente de intervenção comportamental, manteve um conjunto de ações de sensibilização junto dos operadores, prestadores de serviço e colaboradores do Mercado para adoção de boas práticas, com vista à redução e racionalização dos consumos de água e energia, bem como à mais eficaz separação de resíduos, com vista ao acréscimo dos resíduos recicláveis.

Apesar do acompanhamento e procedimentos já existentes de controlo e monitorização dos diversos consumos existentes, designadamente energia e água, o aumento da atividade, empreitadas de reabilitação de espaços e o incremento das atividades de limpeza e lavagens, neste ano atípico, contribuíram para o incremento nos consumos de água e energia.

INDICADORES	2019	2020	2021	Δ% 21/20
Água: Consumo excluindo redébitos aos Operadores (m ³)	2.181	2.772	2.612	✓ -6%
Indicador Eficiência Água-Vol Neg (m ³ /m€) ⁽¹⁾	1,5	1,8	1,6	✓ -11%
Energia: Consumo excluindo redébitos aos Operadores (kWh)	337.447	348.485	291.250	✓ -16%
Indicador Eficiência Energia-Vol Neg (kWh/m€) ⁽²⁾	225,7	232,3	183,4	✓ -21%
Resíduos Recicláveis: (ton)	211,54	29,42	19,86	✗ -32%
Indicador Eficiência Reciclagem-Vol Neg (ton/m€) ⁽³⁾	0,1	0,0	0,0	✗ -36%
Total Resíduos Produzidos: (ton)	438,30	260,24	394,72	✗ 52%
Indicador Resíduos-Vol Neg (ton/m€) ⁽³⁾	0,3	0,2	0,2	✗ 43%

⁽¹⁾ metro cúbico por mil euros de volume de negócios (recorrente)

⁽²⁾ kilo watt hora por mil euros de volume de negócios (recorrente)

⁽³⁾ toneladas por mil euros de volume de negócios (recorrente)

Os dados anuais de tonagem de todos os resíduos recolhidos no MARF, independentemente do seu destino, empresa de recolha ou custo, estão registados no MIRR (Mapa Integrado de Registo de Resíduos) do SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente)⁴⁶.

A MARF, SA, integrada no Grupo SIMAB adota uma política de responsabilidade social, orientada por princípios de legalidade e de ética empresarial, espelhados no código de ética do Grupo.

Na elaboração dos Planos de Atividades anuais, a prioridade dos investimentos é definida da seguinte forma:

⁴⁶ Plataforma da APA – Agência Portuguesa do Ambiente

- (1) Prioridade alta – investimentos inscritos nas orientações estratégicas, investimentos que decorram de imperativos legais ou investimentos cuja não implementação condicione a operacionalidade e segurança dos Mercados Abastecedores e do meio envolvente;
- (2) Prioridade média – investimentos importantes para a melhoria das condições de operacionalidade dos Mercados Abastecedores, a médio prazo, mas que não reúnem as condições previstas para a prioridade alta. Também pode incluir projetos que reunindo características de prioridade alta não possuem ainda um grau de maturidade elevado;
- (3) Prioridade baixa – outros investimentos.

A 9 de dezembro de 2019, as empresas do Grupo SIMAB, a convite da acionista Parpública, aderiram ao *Call to action Anti-Corruption and the Global Development Agenda*, uma iniciativa das nações Unidas, integrada nos seus objetivos de desenvolvimento sustentável, promovida pelo setor empresarial e da sociedade civil, com vista a sensibilizar os Governos para o combate à corrupção

- c) *Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);*

A MARF, SA, integrada no Grupo SIMAB adota uma política de responsabilidade social, orientada por princípios de legalidade e de ética empresarial, nomeadamente, promovendo a igualdade e a não discriminação, permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, nos termos do regime aplicável ao sector público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Em 14 de setembro de 2021, a MARF, SA submeteu o Plano para a Igualdade, para o Ano 2022, em demonstração do compromisso para com o tema da Igualdade de Género e em cumprimento do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto e do Despacho Normativo n.º 18/2019 de 17 de junho, tendente a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do género e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

O plano abrange as seguintes dimensões, contempladas no referido despacho, referenciadas como obrigatórias:

- ✓ Igualdade no acesso ao emprego
- ✓ Igualdade nas condições de trabalho
- ✓ Igualdade remuneratória
- ✓ Proteção na parentalidade
- ✓ Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal

O plano abrange, também, ainda as seguintes dimensões:

- ✓ Estratégia, missão e valores
- ✓ Formação inicial e contínua

Para além do diagnóstico da situação, abordando as práticas para a igualdade do género e conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, o Plano define, para cada dimensão acima referida, objetivos específicos, medidas concretas, indicadores, metas, áreas responsáveis e datas previstas de implementação e cadência da monitorização.

A SIMAB, enquanto Holding do Grupo, onde são emanadas as políticas e estratégias e prestando serviços às suas participadas, desde desempenho de cargos sociais, a áreas transversais, designadamente na área dos recursos humanos, estabeleceu que, cada participada do Grupo SIMAB:

- a) Subscriba o Plano para a Igualdade, colaborando na sua implementação e monitorização;
- b) Elabore diagnósticos prévios, anualmente, da situação interna de homens e mulheres, com base nas matrizes de diagnóstico e monitorização dos indicadores para a igualdade;
- c) Avalie o impacto das medidas executadas e proponha melhoria contínua.

A MARF, SA elaborou o Plano para a Igualdade – 2022 nos termos da legislação⁴⁷, com submissão através do Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas desenvolvido pela CITE - Comissão para a Igualdade no

⁴⁷ Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, n.º 3 do artigo 7.º

Trabalho e no Emprego, encontrando-se este publicitado no sítio na internet da empresa⁴⁸ e divulgado internamente pelos trabalhadores, através da sua afixação em local próprio.

- d) *Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro e à elaboração do relatório a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;*

A política de recursos humanos da MARF, SA integrada no Grupo SIMAB, pauta pela igualdade do Género. A relação com os seus colaboradores é baseada na confiança e na valorização das suas competências e garante o respeito pela diversidade e igualdade de oportunidades, aumentando a coesão social no Grupo. A igualdade de oportunidades no trabalho é garantida independentemente do género, idade, raça, religião e/ou orientação sexual de cada um, a partir do momento do início de todo o processo de recrutamento e seleção.

O referido Plano de Igualdade e género da MARF, SA vai ao encontro dos próprios objetivos do Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, nomeadamente:

- d) Implementar medidas que favoreçam a representação equilibrada de homens e mulheres nas esferas de tomada de decisão, de apoio à conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, assim como o combate às assimetrias salariais.
- e) Contribuir para a definição de uma nova cultura organizacional que reforce a qualificação e a atualização dos seus valores e princípios.
- f) Reconhecer a mais-valia da participação equilibrada de homens e de mulheres em todos os processos e domínios internos, pela diversidade de competências que favorecem a inovação e a competitividade das empresas.

As empresas do Grupo SIMAB têm presente o princípio da igualdade e não discriminação em função do género, sendo as competências de homens e mulheres reconhecidas pela empresa de modo igual nos processos de remuneração, promoção e progressão na carreira.

Num cenário de eventual admissão, os critérios e procedimentos de seleção e recrutamento de recursos humanos da SIMAB têm presente o princípio da igualdade e não discriminação em função do género, cumprindo os requisitos legais e regulamentares.

Ao elaborar o seu plano de formação, para as empresas do Grupo SIMAB está presente o princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, designadamente no que respeita às oportunidades de qualificação, progressão na carreira e acesso a cargos de chefia, incentivando também a igual participação de homens e mulheres em processos de aprendizagem ao longo da vida.

Tanto na sua comunicação interna como externa as empresas do Grupo SIMAB têm em consideração o princípio de igualdade e não discriminação em função do género, procurando empregar formas gramaticais inclusivas.

No Plano de Igualdade do Género aprovado, a empresa propõe-se à implementação de diversas medidas para o ano 2021, com o objetivo de alcançar uma efetiva igualdade.

Para além do plano de igualdade, também o Plano Estratégico e o código de Ética da MARF, SA, vigente em todas as empresas do Grupo SIMAB, SA é divulgado por todos os colaboradores e no site da internet, promovendo uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres.

O Relatório de Remunerações por Género de 2021, visa diagnosticar e prevenir qualquer diferença remuneratória injustificada que possa existir na MARF, SA e nas remunerações pagas a mulheres e a homens, sendo desígnio e compromisso da MARF, SA a promoção de uma política remuneratória transparente, assente na avaliação das componentes dos postos de trabalho, com base em critérios objetivos e não relativos ao género. O referido relatório, aprovado em fevereiro de 2022⁴⁹, encontra-se divulgado no site da MARF, SA⁵⁰

⁴⁸ <https://www.marf.pt/wp-content/uploads/2021/12/Plano-de-igualdade-MARF-14092021.pdf>

⁴⁹ Ata n.º 209 do CA, de 16 de fevereiro de 2022

⁵⁰ <https://www.marf.pt/governo-da-sociedade-2/>

- e) *Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE);*

A SIMAB, SA e todas as suas participadas, contemplam no código de ética e Plano Estratégico a preocupação principal, na adoção de medidas que proporcionem a todos os seus colaboradores as condições de segurança e bem-estar essenciais ao seu desenvolvimento profissional e pessoal, promovendo o fortalecimento da motivação e o estímulo ao aumento da produtividade, por este ser, com a sua dedicação e competência, um pilar de atuação do Grupo.

Um dos objetivos estratégicos do Grupo é assegurar a valorização dos recursos humanos (RH) tendo sido definidas no plano estratégico 2017-2021, várias estratégias nesse sentido:

Adequar as competências dos RH aos novos desafios

Valorização profissional e Formação dos colaboradores

No âmbito da gestão de recursos humanos da empresa, a gestão do conhecimento e valorização profissional e preocupações presentes nas políticas da empresa e após o levantamento das necessidades junto dos colaboradores e em consonância com os objetivos delineados, foi definido um plano de formação anual. Em 2021, regista-se um total de 92 horas de formação, num crescimento face ao ano de 2020, mas ainda abaixo dos valores anteriormente registados.

Segurança, Saúde e Seguros dos colaboradores

A atividade da MARF, SA exige dos colaboradores, designadamente os da área operacional e técnica, a execução das suas tarefas ao ar livre, ao longo de todo o ano e para tal a empresa faculta, aos seus colaboradores, fardamento adequado ao clima e à estação do ano.

Realização de exames médicos, de acordo com as rotinas previstas em função da idade dos colaboradores e foi efetuada a visita e análise das condições de trabalho, por entidade certificada para o efeito, não tendo dessa análise registado anomalias ou falhas relevantes.

A MARF, SA proporciona a todos os seus colaboradores seguro de saúde, que pretende garantir a participação de despesas médicas por sistema de reembolso, com limites definidos nas condições gerais, bem como proporcionar aos colaboradores acesso à rede de prestadores de serviços da seguradora com a obtenção de desconto sobre o preço normal dos cuidados de saúde.

Relativamente ao seguro de acidentes de trabalho e conforme obrigatoriedade legal, todos os colaboradores estão abrangidos por este seguro. Ao longo do ano, não se verificaram incidentes que despoletassem o acionamento deste seguro.

Melhorar a qualidade de vida dos colaboradores

No que diz respeito ao compromisso de promoção do equilíbrio entre vida pessoal e profissional dos colaboradores é disponibilizado alguma flexibilidade no regime de horário de trabalho, que permite a gestão individual do horário de trabalho de cada trabalhador garantindo em simultâneo o cumprimento de todas as obrigações profissionais e de produtividade estabelecidas.

Potenciar a troca de experiências

Inserido na política do Grupo de potenciar a troca de experiências e na criação de sinergias e partilha de conhecimento entre os colaboradores dos Mercados, anualmente são promovidos eventos para o efeito:

- Encontro anual de colaboradores, com o objetivo de promover o *networking*, sensibilizar os colaboradores para os desafios do Grupo SIMAB, promover o conhecimento e o acesso a informação das empresas do Grupo, estimular a interajuda, trabalho em equipa e promover a motivação dos colaboradores;
- Visita de colaboradores da MARF, SA a outros Mercados do Grupo SIMAB;



- Comemoração simbólica do aniversário do MARF, com ligação, via *Skype*, aos vários Mercados, para que todos comemorassem em conjunto, promovendo o sentimento de pertença ao mesmo Grupo.

Em 2021, motivado pela pandemia instalada, estes eventos ficaram condicionados, tendo-se realizado apenas *meetings* on-line.

Transversalmente a várias destas áreas da política de Recursos Humanos, e antecipando a visão que ficará patente no Plano Estratégico de 2022-2026, foi definida como prioridade a valorização da dedicação e empenho dos Recursos Humanos, bem como o respeito pelo direito a uma carreira e à sua evolução. Tal irá materializar-se pela reavaliação do conteúdo de relacionamento entre trabalhadores e entidade empregadora, no sentido de corresponder às legítimas aspirações profissionais de todas as pessoas que constituem a equipa do Grupo SIMAB, incluindo o MARF. Como já se disse, conjugar essa valorização e respeito com as regras de contratação e metas financeiras do setor público, concretizando um regulamento de carreiras, um modelo de avaliação e, se possível, um acordo de empresa, será desígnio para 2022 e anos futuros.

- f) *Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da entidade, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).*

O governo da empresa é baseado nos princípios de fiabilidade, relevância e transparência da informação de gestão produzida e disponibilizada aos diversos *stakeholders*.

Em termos de política económica e financeira, a empresa pretende assegurar a sua sustentabilidade, tomando diversas medidas de gestão, aliadas ao reforço da capacidade de libertação de *cash flow*, com vista a dotar a empresa de uma estrutura de capitais mais sólida.

Em termos económico-financeiros, a gestão desenvolvida nos últimos anos tem permitido melhorar os resultados e reforçar as suas perspetivas de evolução. Apesar do, ainda, elevado passivo financeiro, tem sido possível, através do processo de recapitalização e do reforço da capacidade de geração de *cash flow* operacional, assegurar o cumprimento dos compromissos de curto prazo assumidos pela empresa.

A sustentabilidade operacional da empresa encontra-se assegurada pela sua atividade de exploração, com evidência em margens operacionais positivas, sendo que a sustentabilidade financeira tem sido assegurada quer por via do reforço da rentabilidade operacional, quer por via de apports de capital acionista. A generalidade dos indicadores apresenta uma melhoria significativa, o que comprova e valida a estratégia de crescimento sustentável.

O Conselho de Administração supervisiona a forma como a organização identifica e gere o desempenho económico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades através dos seguintes instrumentos:

- Plano estratégico (médio prazo);
- Plano e orçamento Anual;
- Relatórios e Contas, anual e semestral;
- Relatórios de execução orçamental trimestrais;
- Indicadores mensais de controlo;
- Reuniões mensais de controlo.

Em termos económico-financeiros, a gestão desenvolvida nos últimos anos tem permitido melhorar os resultados e reforçar as suas perspetivas de evolução. Apesar do, ainda, elevado passivo financeiro, tem sido possível, através do reforço da capacidade de geração de *cash flow* operacional, assegurar o cumprimento dos compromissos de curto prazo assumidos pela empresa.

A sustentabilidade operacional da empresa encontra-se assegurada pela sua atividade de exploração, com evidência em margens operacionais positivas, sendo que a sustentabilidade financeira tem sido assegurada por via do reforço da rentabilidade operacional. A generalidade dos indicadores apresenta uma melhoria significativa, o que comprova e valida a estratégia de crescimento sustentável.

Neste contexto, verificamos nos últimos quatro anos, uma melhoria do desempenho económico-financeiro da empresa, traduzido nos seguintes indicadores:

- Redução do múltiplo da dívida financeira líquida pelo *EBITDA* recorrente⁵¹, de 23x (2016) para 2,3 x (2021);
- Aumento sustentado do *EBITDA* (+30%), de 814 milhares de euros (2016) para 1 059,7 milhares de euros (2021), mantendo margens operacionais acima de 60%;
- Redução da dívida financeira líquida (87%), de 17 319,5 milhares de euros (2016) para 2 297,9 milhares de euros (2021).

Investigação & Desenvolvimento e Inovação

Preconizando uma política de promoção do desenvolvimento sustentável e crescimento dos seus clientes, e no âmbito da Investigação & Desenvolvimento e Inovação destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Manutenção, durante 2021, dos postos de atendimento "Portugal Sou Eu", disponíveis em todos os Mercados da rede SIMAB, contribuindo para uma cobertura mais alargada do ponto de vista territorial e significativamente mais transversal no que respeita à tipologia das atividades económicas desenvolvidas nos respetivos espaços de atuação, tendo sido divulgada esta iniciativa junto de Operadores, clientes e prestadores de serviço, no posto de informação/atendimento no MARF. Tirando partido da infraestrutura, humana e material, verificou-se a participação seletiva, individual ou em parcerias locais, em feiras e outros certames em que o contributo do conceito "Portugal Sou Eu" se revelou interessante no âmbito mais geral do desenvolvimento das economias locais e de promoção dos Mercados Abastecedores em geral e do MARF em particular;
- Com objetivo de marcar posição, contribuindo com informações dos Mercados portugueses e de acompanhar as melhores práticas desenvolvidas, a nível internacional, nos Mercados Abastecedores, a MARF, SA mantém-se associada da *World Union of Wholesale Markets* (WUWM). A WUWM é uma associação internacional, sem fins lucrativos, que visa promover trocas de informação, a nível global, sobre mercados abastecedores grossistas e retalhistas, procurando assim apoiar a sua construção, organização e gestão. A destacar, em 2019, a assinatura, por todos os mercados europeus membros da WUWM – 120 mercados, representando 22 países europeus, da "Declaração de Paris", que destaca a importância do modelo de mercado abastecedor para assegurar políticas-chave da UE, como a segurança alimentar, a economia circular, fornecimento, distribuição e rastreabilidade de produtos frescos para os cidadãos europeus, mas acima de tudo a função fundamental dos mercados grossistas na valorização da produção agrícola e na salvaguarda do modelo agrícola europeu baseado na diversidade dos seus produtos;

X. Avaliação do Governo Societário

1. **Verificação do cumprimento das recomendações recebidas⁵² relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação⁵³ deverá ser incluída:**

- a) **Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página);**

Sobre o presente documento, o Relatório e Parecer do fiscal Único regista, no 5.º parágrafo, o cumprimento dos requisitos legais estabelecidos no n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE.

Considera-se que as recomendações na conclusão de análise efetuada pela UTAM, constantes do Relatório de análise ao Relatório do Governo Societário relativo ao exercício de 2020⁵⁴, encontram-se satisfeitas, quanto à menção à elaboração do relatório a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens. (vide pontos IX.3.d, do presente Relatório).

⁵¹ Expurgando integração de subsídios ao investimento e não recorrentes

⁵² Reporta-se também às recomendações que possam ter sido veiculadas a coberto de relatórios de análise da UTAM incidindo sobre Relatório de Governo Societário do exercício anterior.

⁵³ A informação poderá ser apresentada sob a forma de tabela com um mínimo de quatro colunas: "Referência"; "Recomendação"; "Aferição do Cumprimento"; e "Justificação e mecanismos alternativos".

⁵⁴ Relatório de Análise 85/2021 de 15 de abril.

- b) *Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela entidade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.*

Na elaboração do presente documento, foi tida em consideração a legislação em vigor, e o modelo elaborado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do setor Público Empresarial (UTAM), para elaboração do Relatório do Governo Societário.

2. *Outras informações: a entidade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.*

Não existem quaisquer outros elementos ou informações adicionais, diferentes dos já apresentados, que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas adotadas.

XI ANEXOS DO RGS

Como anexos ao relatório da entidade deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

1. *Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2021 que deverá conter informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (vide artigo 66.º-B do CSC) (aplicável às grandes empresas que sejam entidades de interesse público, que à data do encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual – cfr. n.º 1 do mesmo artigo)⁵⁵.*

Não aplicável à MARF, SA porquanto a empresa detém um número médio de trabalhadores inferior a 500.

2. *Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2020.*
3. *Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.*
4. *Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE.*
5. *Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2019⁵⁶.*

O Conselho de Administração da MARF, SA



Jorge Proença dos Reis

⁵⁵ O n.º 8 do artigo 66.º-B do CSC dispõe que "uma empresa que elabore um relatório separado do relatório de gestão, correspondente ao mesmo exercício anual, que inclua as informações exigidas para a demonstração não financeira previstas no n.º 2 e seja elaborado nos termos previstos nos n.ºs 3 a 6, fica isenta da obrigação de elaborar a demonstração não financeira prevista no n.º 1". Assim, caso a entidade pretenda ser dispensada da apresentação da demonstração não financeira, constitui sua responsabilidade verificar se o RGS inclui toda a informação e cumpre todas as formalidades exigidas pela lei.

⁵⁶ Apenas no caso do documento em apreço não se encontrar disponível em SIREF. Na eventualidade de não se ter ainda verificado a aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2020 por parte do(s) titular(es) da função acionista tal deve ser objeto de menção específica.

Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Adriano João Leal Cardoso Guerra

Adriano João Leal Cardoso Guerra

Faro, 14 de março de 2022

ATA NÚMERO QUARENTA E QUATRO

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte um, pelas dezassete horas, reuniu, por videoconferência, decorrente do Estado de Emergência que vigora em Portugal, devido à Pandemia COVID-19, nos termos do disposto no artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral da sociedade anónima, MARF - Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A. _____
Encontrava-se reunido 100% do capital social, conforme Lista de Presenças organizada nos termos do artigo 382º do Código das Sociedades Comerciais, que fica arquivada. _____

A saber, pela SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A., representada pelo Sr. Eng. Jorge Proença dos Reis; e pelo Município de Faro - Câmara Municipal de Faro, representada pelo Sr. Dr. Rogério Conceição Bacalhau Coelho. _____

Em representação do Conselho de Administração estiveram o Vogal Sr. Dr. Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho e o vogal, o Sr. Dr. Adriano João Leal Cardoso. _____

Estiveram ainda presentes o Fiscal Único da Sociedade, Dr. Ricardo Jorge Pinto, representante da A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC. Lda, e a Drª. Rita Margarida Ribeiro e Roda Saraiva, pela SIMAB SA. _____

A Assembleia Geral foi convocada nos termos da Lei e dos Estatutos, e encontravam-se reunidas todas as condições legais necessárias ao seu normal funcionamento. _____

Assumiu a direção dos trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Rogério Conceição Bacalhau Coelho, secretariado pelo Diretor Comercial da Área Sul, Dr. Nuno Henrique Eva Ferreira. _____

Consequentemente, estando reunidos todos os requisitos deliberativos constantes do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, procedeu-se ao início da Ordem de Trabalhos, que se transcreve para a presente ata, como segue: _____

Ponto Um: Aprovação das Contas e do Relatório de Gestão do Exercício de 2020; _____

Ponto Dois: Proposta de Aplicação de Resultados do Exercício de 2020; _____

Ponto Três: Aprovação do Relatório de Sustentabilidade do Exercício de 2020; _____

Ponto Quatro: Aprovação da Administração e Fiscalização da Sociedade no Exercício de 2020; _____

Ponto Cinco: Aprovação do Relatório do Governo Societário de 2020; _____

Ponto Seis: Nomeação dos Órgãos Sociais para o Triénio 2021-2023; _____

Ponto Sete: Dispensa de Caução dos Administradores nomeados; _____

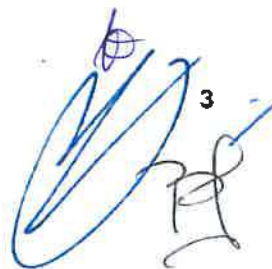
Ponto Oito: Remuneração dos Órgãos Sociais para o triénio 2021-2023; _____

Ponto Nove: Outros assuntos de interesse para a Sociedade. _____

Analisada a Ordem de trabalhos, foi discutido e deliberado, o seguinte: _____

Ponto Um: Os acionistas deliberaram registar na presente ata uma breve análise da situação da sociedade, tendo o Presidente da Assembleia solicitado ao Dr. Nuno Henrique Eva Ferreira, Secretário da Assembleia, que fizesse uma apresentação dos resultados da MARF, S.A. em 2020. _____

O Dr. Nuno Eva Ferreira, começou por indicar que o ano de 2020, foi um ano atípico, sendo que, os últimos nove meses ficam marcados pelos efeitos da pandemia por Covid-19. Nesse período, o trabalho

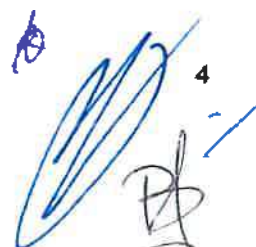


determinado da equipa e a flexibilidade das operações, permitiram-nos sermos ágeis e que não que perdêssemos na urgência do curto prazo, a perspetiva do longo prazo, mantendo-nos firmes nas prioridades estratégicas definidas no início do ano. Assim em 2020, foi possível manter a actividade de todas as estruturas do MARF bem como continuar com os investimentos previstos, nomeadamente com a construção de um novo entreposto o E1. C com cerca de 3.500m². O volume de negócios da MARF SA., em 2020 atingiu um valor de cerca de 1.500 milhares de euros, em linha com 2019, mas que representa um aumento de 31% face a 2015. Os gastos operacionais atingiram os 548 milhares de euros, resultando um EBITDA de 989 milhares de euros, e um resultado líquido de 518 milhares de euros (+82% desde 2015). A dívida financeira líquida a 31.12.2020, era de 2 milhões 845 mil euros. Os capitais próprios são positivos em 11 milhões e 985 mil euros, que implica numa rentabilidade positiva de 4,3%. Em suma, existiu um reforço da capacidade operacional e da solidez financeira da empresa neste período, caminhando a passos largos para nos próximos anos, ser uma empresa sem dívida, e ao mesmo tempo com uma estrutura que lhe permitir reforçar o investimento de expansão de modo a continuar a aumentar sustentadamente e os seus rendimentos operacionais.

O Presidente da Assembleia o Dr. Rogério Bacalhau retomou a palavra e indicou que os resultados da MARF em 2020, mesmo considerando o período de pandemia que estamos a viver de uma forma muito dura no Algarve, são bons.

O Revisor Oficial de Contas, Dr. Ricardo Jorge Pinto Dias, começou por cumprimentar os presentes, e referiu que no que respeita ao desempenho da empresa no ano de 2020, salienta-se o acréscimo da rubrica de limpeza (cerca de 58 milhares de euros) relacionados as exigências dos acordos setoriais e do aumento do salário mínimo nacional, para além das novas necessidades, decorrentes do contexto pandémico acrescentando que o acréscimo dos impostos sobre o rendimento está relacionado com o facto de em 2019 ter sido esgotada a dedutibilidade dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores. Referiu ainda, que os trabalhos de revisão das contas do exercício de 2020, apesar de alguns constrangimentos decorreram com normalidade, e no âmbito dos quais obteve sempre do Conselho de Administração e dos Serviços a informação e esclarecimentos solicitados o que permitiu reunir a prova suficiente e adequada para a emissão da sua opinião sem reservas expressa na Certificação Legal das Contas. Entende que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os seus aspetos materiais, a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa do MARF à data de 31 de dezembro de 2020 no cumprimento das Normas contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística. Afirmou também que apesar dos tempos de incerteza que vivemos que decorrem da Pandemia do Covid-19, concorda com a avaliação do pressuposto da continuidade efetuado pelo Conselho de Administração que estima, com base na informação atualmente disponível, que a liquidez e o nível de capitais próprios serão suficientes para a Entidade prosseguir a sua atividade. Entende também que o Relatório de Gestão cumpre os requisitos legais e a informação nele constante, é concordante com a demonstrações financeiras auditadas.

4



Colocado à votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. _____

Ponto Dois: Entrando no ponto dois da ordem dos trabalhos foi aprovada, por unanimidade, a aplicação de resultados do exercício de 2020, proposta pelo Conselho de Administração, ou seja, que o resultado líquido positivo no valor de 517.843,57 euros (quinhentos e dezassete mil, oitocentos e quarenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos), tenha a seguinte distribuição: 51 784,36 euros (cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro euros e trinta e seis cêntimos), sejam transferidos para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos do art. 19.º dos Estatutos da sociedade, e 466 059,21 euros (quatrocentos e sessenta e seis mil, cinquenta e nove euros e vinte e um cêntimos), sejam mantidos em Resultados Transitados. _____

Ponto Três: Passando ao ponto três deliberar sobre o Relatório de Sustentabilidade do Exercício de 2020, foi o mesmo aprovado por unanimidade. _____

Ponto Quatro: Entrando no ponto quatro o Presidente da Mesa deu a palavra ao representante do acionista SIMAB, Eng. Jorge Proença dos Reis, que propôs um voto de apreço e louvor à anterior administração e à empresa de Fiscalização, A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda. _____

O Dr. Gonçalo Velho, propôs que esse voto fosse também estendido ao Presidente da Camara Municipal de Faro, por todo o apoio que sempre deu à MARF, SA. _____

O Presidente da Assembleia Geral, Dr. Rogério Conceição Bacalhau Coelho, indicou que teve muito gosto em trabalhar com o anterior Conselho de Administração, nomeadamente com o Dr. Rui Paulo Figueiredo e com o Dr. Gonçalo Velho, e congratulou-se com a boa colaboração e empenho que sempre existiu, terminado por desejar as maiores felicidades para os novos projetos que irão abraçar. _____

Assim, foram aprovados, por unanimidade, os votos de louvor ao Conselho de Administração que cessa funções, ao Órgão de Fiscalização e à Mesa. _____

Ponto Cinco: O representante do acionista SIMAB, Engº Jorge Proença dos Reis, tomou a palavra e propôs a suspensão deste ponto da ordem de trabalhos, nos prazos legais do código das sociedades comerciais, uma vez que o Relatório do Governo Societário de 2020 carece de parecer prévio da UTAM, pelo que o mesmo só será proposto para aprovação a este órgão, após esta entidade se pronunciar. Esta proposta foi aceite e aprovada pelos representantes dos acionistas. _____

Ponto Seis: Foi aprovada, por unanimidade, a eleição dos Órgãos Sociais para o triénio de 2021 - 2023, como segue: _____

Mesa da Assembleia Geral _____

Presidente - Dr. Rogério Conceição Bacalhau Coelho, indicado pelo Município de Faro. _____

Secretário - Dr. Nuno Henrique Eva Ferreira, indicado pela SIMAB, S.A. _____

Conselho de Administração _____

Presidente - Eng. Jorge Proença dos Reis, residente na Rua 25 de Abril, nº 9B, Penteado, 2860-545, em Moita, NIF 204365953, indicado pela SIMAB, S.A. _____

Vogais: _____

Dra. Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva, residente na Rua Conde Sabugosa, nº 11 - 6º Esq., 1700-115, em Lisboa, NIF 164016481, indicado pela SIMAB, S.A. _____

Dr. Adriano João Leal Cardoso, residente na Rua José Rosário da Silva, Lote 76 2º frente, 8000-536, em Faro, NIF 177558288, indicada pelo Município de Faro. _____

Fiscal Único _____

Efetivo - A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, registada sob o nº 85, NIF 502574429, com escritório na Urbanização Vilabeira, Lote 4, R/C, 3500-733 Viseu, representada pelo Dr. Manuel Marques da Costa Figueiredo, ROC nº 800; _____

Suplente - Marco António da Costa e Dias, ROC nº 1616, Registado na CMVM com o nº 20161226, NIF:225237350, Cartão de Cidadão nº 11502454 válido até 04.08.2030, Morada: Avenida Aquilino Ribeiro, nº 15, 3.º Esquerdo M, Abraveses- Viseu. _____

Ponto Sete: Foi aprovada, por unanimidade, a dispensa de prestação de caução dos Administradores nomeados para o triénio de 2021 - 2023; _____

Ponto Oito: Foi aprovada, por unanimidade, a remuneração dos Órgãos Sociais para o triénio de 2021 - 2023, como segue: _____

Mesa da Assembleia Geral: _____

Presidente - senha de presença no valor de € 200,00 (duzentos euros); _____

Secretário - senha de presença no valor de € 100,00 (cem euros); _____

Conselho de Administração: _____

Presidente - remuneração mensal de € 690,00 (seiscentos e noventa euros), a abonar 14 (catorze) vezes por ano, observando-se as limitações decorrentes da Lei do Orçamento de Estado em vigor, bem como as limitações decorrentes de incompatibilidades, do Estatuto do Gestor Público ou outras consignadas na lei aplicável a cada caso; _____

Vogais - remuneração mensal de € 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco euros), a abonar 14 (catorze) vezes por ano, observando-se as limitações decorrentes da Lei do Orçamento de Estado em vigor, bem como as limitações decorrentes de incompatibilidades, do Estatuto do Gestor Público ou outras consignadas na lei aplicável a cada caso; _____

Fiscal Único: _____

Quanto ao valor dos honorários do Fiscal Único mantém-se os que vinham a ser praticados. _____

Ponto Nove: O novo Presidente do Conselho de Administração da MARF, Eng. Jorge Proença dos Reis, agradeceu a todos os presentes o empenho e dedicação durante o ano em apreço, tendo acrescentado ainda, que a anterior Administração, deixou a bitola muito elevada esperando que no futuro a boa relação entre os accionistas que pelo menos se mantenha. _____

O Presidente da Assembleia Geral, Dr. Rogério Bacalhau, agradeceu também a todos os presentes e realçou o excelente relacionamento que existe entre os acionistas e referiu que deseja que no ano de 2021 se continue a fazer um bom trabalho. _____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a presença de todos os presentes e deu por encerrada a sessão, lavrando-se da mesma a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

Dr. Rogério Bacalhau Coelho

(Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

Dr. Nuno Eva Ferreira

(Secretário da Mesa da Assembleia Geral)

Em tempo: _____

Por lapso, no texto de aprovação do Ponto Seis supra, foi indicado que o representante do Fiscal Único Efetivo A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda. era o Dr. Manuel Marques da Costa Figueiredo, ROC n.º 800, quando deveria constar que o representante do Fiscal Único Efetivo A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda. é o Dr. Ricardo Jorge Pinto Dias, portador do Cartão de Cidadão n.º 08921177, válido até 21/02/2022, NIF 184408806, ROC n.º 1819.

Assim, onde no Ponto Seis supra se escreveu "Efetivo - A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda., registada sob o n.º 85, NIF 502574429, com escritório na Urbanização Vilabeira, Lote 4, R/C, 3500-733 Viseu, representada pelo Dr. Manuel Marques da Costa Figueiredo, ROC n.º 800", deve ler-se Efetivo - A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda., registada sob o n.º 85, NIF 502574429, com escritório na Urbanização Vilabeira, Lote 4, R/C, 3500-733 Viseu, representada pelo Dr. Ricardo Jorge Pinto Dias, ROC n.º 1819.

Dr. Rogério Bacalhau Coelho

(Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

Dr. Nuno Eva Ferreira

(Secretário da Mesa da Assembleia Geral)

Declaração de Independência

Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva
Vogal do Conselho de Administração da MARF, SA

Nomeado em Assembleia Geral no dia 30 de março de 2021, eleito para continuação do triénio 2021/2023

Contendo a seguinte menção:

Tendo sido eleito para o cargo referido, na empresa acima indicada, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 e outra legislação aplicável.

12 de maio de 2021

Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Declaração de Independência

Jorge Proença dos Reis
Presidente do Conselho de Administração da MARF, SA

Nomeado em Assembleia Geral no dia 30 de março de 2021, eleito para continuação do triénio 2021/2023

Contendo a seguinte menção:

Tendo sido eleito para o cargo referido, na empresa acima indicada, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 e outra legislação aplicável.

12 de maio de 2021


Jorge Proença dos Reis



Handwritten signature and initials in blue ink.

DECLARAÇÃO

Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 52.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no n.º 9 do art. 22.º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, declara-se que Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva, NIF n.º 164016481, submeteu a Declaração de interesses públicos no dia 2022-01-12 pelas 15:12 horas, sendo registada com o n.º 357, referente ao cargo de Vogal do Conselho de Administração - CFO na Entidade MARF - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE FARO S.A. tendo indicado o início do mandato em 2021-03-30 e data prevista do termo em 2023-12-31.

12-01-2022

A IGF-Autoridade de Auditoria



DECLARAÇÃO

Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 52.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no n.º 9 do art. 22.º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, declara-se que Jorge Proença dos Reis, NIF n.º 204365953, submeteu a Declaração de interesses públicos no dia 2022-01-12 pelas 14:29 horas, sendo registada com o n.º 353, referente ao cargo de Presidente do Conselho de Administração na Entidade MARF - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE FARO S.A. tendo indicado o início do mandato em 2021-03-31 e data prevista do termo em 2023-12-31.

03-03-2022

A IGF-Autoridade de Auditoria

Declaração de Independência

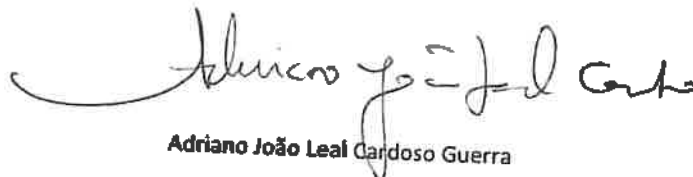
Adriano João Leal Cardoso Guerra
Vogal do Conselho de Administração da MARF, SA

Nomeado em Assembleia Geral no dia 30 de março de 2021, eleito para continuação do triénio
2021/2023

Contendo a seguinte menção:

Tendo sido eleito para o cargo referido, na empresa acima indicada, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 e outra legislação aplicável.

12 de maio de 2021


Adriano João Leal Cardoso Guerra